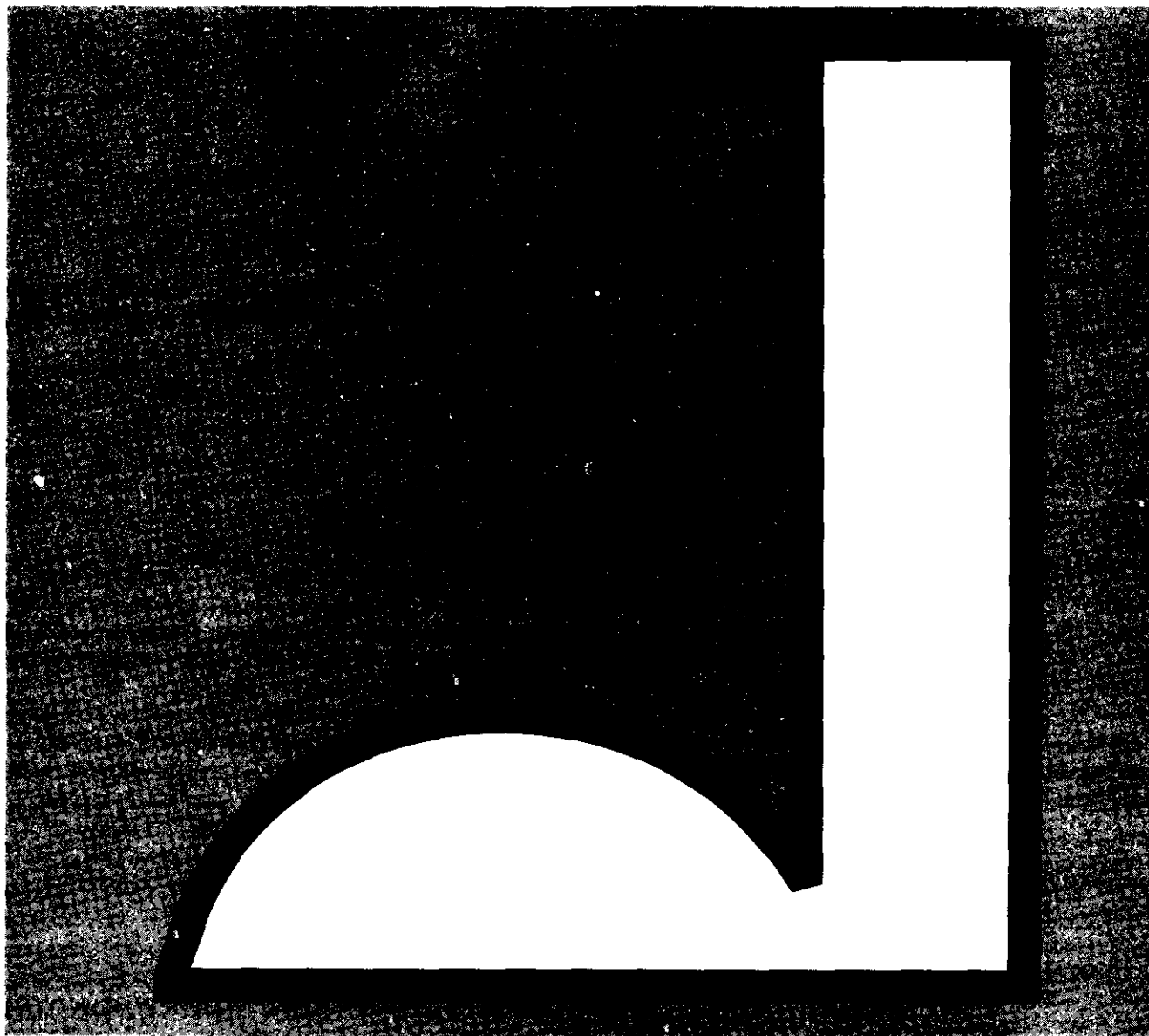
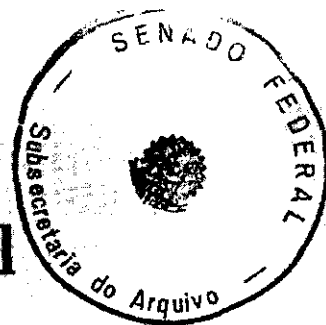




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Hollanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 83ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE JUNHO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 493, de 30 de maio de 1996, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório sobre as Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 1995, o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal na Sessão Extraordinária, realizada em 30 de maio próximo passado, e as Declarações de Voto emitidas pelos Ministros daquela Corte. 09333

Recebimento do Aviso nº 498, de 30 de maio de 1996, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades do referido Tribunal, referente ao 1º trimestre do ano em curso. (Diversos nº 49, de 1996). 09333

Republicação dos pareceres e da Resolução nº 38, de 1996, originária do Projeto de Resolução nº 56, de 1996, nos termos do art. 325 do Regimento Interno. 09333

1.2.2 – Comunicações

Do Senador José Serra, referente à reasunção do seu mandato de Senador da República, representante do Estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, a partir desta data. 09333

Do Senador Esperidião Amin, Líder do PPB no Senado Federal em exercício, indicando o Senador Lucídio Portella para responder pela liderança do referido partido até o dia 11.06.96. 09333

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Celebração de contrato entre o Governo do Amazonas e a empresa coreana Samsung para instalação de nova fábrica de tubos de imagem, na Zona Franca de Manaus. 09334

SENADOR VALMIR CAMPELO – Transcurso do 38º aniversário da cidade de Taguatinga-DF. 09335

SENADOR OSMAR DIAS – Sugestões ao Programa Nacional de Agricultura Familiar. 09336

1.2.4 – Ofícios

Nº 507/96, do Presidente da Câmara dos Deputados, em atendimento ao Ofício nº 146/96, da Liderança do PDT naquela Casa, referente à indicação de membros para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar denúncias contidas na revista *Veja* do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. 09338

Nº 469/96, da Liderança do Bloco PPB/PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.459, de 21 de maio de 1996. 09338

1.2.5 – Requerimento

Nº 546, de 1996, de autoria do Senador Lauro Campos, solicitando ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil as informações que mencionam. 09338

1.2.6 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR EDISON LOBÃO – Visita aos E.U.A do Dr. Luiz Raimundo Azevedo, Presidente da Valec, visando entendimentos em prol de empréstimo do BIRD para a conclusão das obras da Ferrovia Norte-Sul. 09339

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.464, de 31 de maio de 1996, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 09340

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.465, de 31 de maio de 1996, que acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 09340

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar os dez anos de reativação das relações entre Brasil e Cuba, a realizar-se dia 26 do corrente, às 11 horas, no plenário do Senado Federal..... 09341

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LAURO CAMPOS – Encaminhando à Mesa requerimento de informações sobre a composição da comitiva presidencial à França. Redução de verbas públicas nos programas sociais. Elevado índice de desemprego no País. Papel indispensável da imprensa brasileira. Razões da ausência de S. Exa. às votações do Proer e do empréstimo da União ao Banespa. . 09341

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Reflexões sobre a necessidade da votação da lei de imprensa. Discordância de S. Exa. quanto ao teor de matérias publicadas na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil, edição de 2 de junho, portando críticas à atuação do Congresso Nacional..... 09343

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Críticas às demissões no Banco do Estado de Sergipe, sob "intervenção branca" desde janeiro do corrente..... 09345

SENADOR ROBERTO FREIRE – Críticas ao Ministro da Saúde, Sr. Adib Jatene. Responsabilidades penais dos sócios da Clínica Geriátrica Santa Genoveva pelas mortes ali ocorridas..... 09348

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Joarez Ferreira..... 09350

SENADOR ODACIR SOARES – Regozijo pela execução do projeto de preservação dos quelônios – tartarugas e tracajás – nos rios amazônicos, através do IBAMA, com a cooperação das prefeituras, comunidades do interior, pesquisadores e Governo de Rondônia..... 09351

SENADOR HUMBERTO LUCENA – Homenagens póstumas ao ex-Senador Gastão Múller..... 09354

1.2.10 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 518, de 1995, destinada a estudar a reforma político-partidária, realizada em 14 de maio de 1996..... 09356

3 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 717, DE 1996..... 09377

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 83ª Sessão Não Deliberativa em 3 de junho de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Valadares, Valmir Campelo

Vilson Kleinübing e José Roberto Arruda

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência recebeu o Aviso nº 493-GP/TCU, de 30 de maio de 1996, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório sobre as Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 1995, o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal na Sessão Extraordinária, realizada em 30 de maio próximo passado, e as Declarações de Voto emitidas pelos Ministros daquela Corte.

O expediente será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o expediente recebido:

(*) AVISO Nº 493-GP/TCU

Em 30 de maio de 1996

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, dentro do prazo estabelecido no artigo 71 inciso I, da Constituição Federal, o Relatório sobre as Contas do Governo da República, relativas ao exercício de 1995, elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Homero Santos, o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal na Sessão Extraordinária realizada nesta data e as Declarações de Voto emitidas pelo Ministro desta Corte.

Dessa forma, restituo as contas daquele exercício prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e enviadas a este Tribunal por intermédio do OF. Nº 208/96-CN-SF, dessa procedência, em 17 de abril de 1996.

Oportunamente enviarei a vossa Excelência a Ata da referida Sessão Extraordinária.

Respeitosamente, **Marcos Vinícius Vilaça**,
Presidente.

(*) O Relatório, o Parecer Prévio e as Declarações de Voto serão publicados em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência recebeu o Aviso nº 498, de 1996, de 30 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando o relatório das atividades do referido Tribunal, referente ao 1º trimestre do ano em curso. (Diversos nº 49, de 1996)

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 325 do Regimento Interno, determinou a republicação dos pareceres e da Resolução nº 38, de 1996, originária do Projeto de Resolução nº 56, de 1996.

Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Brasília, 3 de junho de 1996

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que reassumo minhas funções de Senador da República, representante do Estado de São Paulo pelo Partido da Social Democracia Brasileira a partir desta data, tendo em vista meu afastamento do cargo de Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço. - Senador **José Serra**.

Brasília, 31 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do § 7º do art. 65 e parágrafo único do art. 66, do Regimento Interno, comunico a V. Exª que o nobre Senador Lucídio Portella estará respondendo pela Liderança do PPB até o dia 11-6-96.

No oportunidade, renovo os meus protestos de estima e consideração. – Senador **Esperidião Amin**, Líder do PPB em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – As comunicações lidas vão à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, em permuta com o Senador Valmir Campelo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho amiúde destacado a luta que travamos, todos nós amazonenses ali nascidos e os que fizeram do Amazonas seu segundo estado, para o fortalecimento da Zona Franca de Manaus. Como bem acentua o economista Ronaldo Bomfim, um dos grandes especialistas na matéria:

"A Zona Franca de Manaus não é um mero ciclo econômico, como a borracha e outros produtos do setor primário (juta, por exemplo) foram no passado. É um processo que se fortalece dia a dia e se adapta com eficiência às mudanças verificadas na economia. Além disso, inaugurou a fase do desenvolvimento industrial da Amazônia em bases empresarialmente sólidas, com elevada densidade técnica."

Tais considerações são emitidas na seqüência da abordagem que fiz desta tribuna em semanas anteriores quando noticiei à Casa as tratativas que estavam sendo levadas a efeito pelo Governador Amazonino Mendes e a Samsung, a fim de ser instalada uma fábrica de cinescópios em Manaus, uma verdadeira guerra que vinha sendo travada entre o meu Estado e o Estado de São Paulo para a viabilização dessa indústria no Brasil.

Agora já posso fazer a afirmação definitiva: o contrato, nesse sentido, foi assinado no último fim de semana, na Coreia, pelo Governador Amazonino Mendes e pelo Presidente da Samsung/Denizes, Sr. Wook Shon.

Assim, a partir do mês de julho, a Samsung inicia as obras da nova fábrica e, no mês de outubro de 1997, começa a fabricar os primeiros cinescópios em Manaus, dando independência às indústrias de televisores do estado na importação de tubos de imagem. Releva destacar que a nova linha de montagem dessa multinacional coreana representa um investimento de US\$400 milhões no Amazonas e a

geração de 2,2 mil empregos diretos e mais 2 mil, indiretamente.

O Sr. Vilson Kleinübing - V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Vilson Kleinübing.

O Sr. Vilson Kleinübing – Senador Bernardo Cabral, fico triste por um lado e alegre por outro. Triste porque lutei muito para que a Samsung fosse para Santa Catarina.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sei disso.

O Sr. Vilson Kleinübing – Estive com o Governador lá na Coreia, visitando a fábrica - uma excelente fábrica, a maior empresa, praticamente, da Coreia hoje -, porque tínhamos o sonho de levá-la para Santa Catarina, mas realmente é difícil competir com as condições da Zona Franca de Manaus. No entanto, foi bom perder para um estado que merece, enfim, que realmente tem necessidade de ver esta fábrica instalada. Esperamos que ela tenha sucesso e que traga outros componentes, pois é um pé, é uma estrutura que ela coloca no Brasil. É a primeira instalação da Samsung, praticamente, no nosso País, e como ela é um complexo empresarial que produz desde alfinete até navio, espero que, com essa decisão, a Samsung venha a ter aqui no Brasil investimentos em outras áreas, e vamos tentar, no futuro, que a empresa se decida também por Santa Catarina. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Vilson Kleinübing, V. Ex^a, que foi Governador de Santa Catarina, portanto, é um homem afeito ao serviço público, demonstra, mais uma vez, a grandeza da qual é possuidor. V. Ex^a está declarando, com todas as letras, que, antes de pertencer a Santa Catarina, V. Ex^a pertence ao Brasil.

Sabe V. Ex^a que a luta foi grande, não nos termos leais que travamos com Santa Catarina. Houve um Ministro de Estado que já não mais se encontra no cargo que, na Capital do Amazonas, em Manaus, chegou a declarar que era contra a instalação dessa fábrica de cinescópio em Manaus, muito embora ali se encontre a maior indústria de televisores da América do Sul. Era contra, dizia o titular desse ministério, porque não se dava em condições iguais às que tinha a empresa Philips em São Paulo.

Para que não parem dúvidas, devo declarar que foi a Ministra Dorothea Wemeck que fez essa declaração. Não se deve tocar na presunção de que tenha sido o Ministro José Serra, que é de São Paulo e que nada teve a ver com isso.

Veja V. Ex^a como foi difícil, para nós, amazonenses, a luta não somente contra a representação em São Paulo, toda ela aguerrida e interessada no que for possível fazer pelo seu estado, mas também contra uma Ministra que queria beneficiar a Philips, prejudicando meu estado.

Hoje, é com muita alegria que posso trazer ao Senado as palavras do Governador Amazonino Mendes, após celebração desse contrato, em entrevista concedida às emissoras de televisão coreanas, onde colocou em relevo:

"Isso dá segurança e mais força à Zona Franca de Manaus. É uma nova etapa. Significa que está tudo definido, com perspectivas da geração de emprego e mais trabalho."

Eu não posso, ao final deste pronunciamento, deixar de proclamar que a Zona Franca de Manaus, tendo alcançado no ano passado um faturamento que atingiu US\$12 bilhões - valor maior que o PIB do Uruguai e mais que o dobro do PIB do Paraguai -, está mais do que credenciada para o futuro promissor que lhe reservou o Constituinte de 88, ao registrar na Carta Magna o art. 40, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mola propulsora de sua prorrogação por 25 anos, ou seja, até o ano 2.013.

Vale dizer: o dever cívico da minha geração, para com aquela área, está sendo cumprido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a honra da permuta que teve na Presidência dos trabalhos com este seu admirador.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Muito obrigado, nobre Senador Bernardo Cabral. Eu é que fico grato a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Emandes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Pediria ao nobre Senador Vilson Kleinübing que, por gentileza, assumisse a Presidência.

O Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - Com a palavra o Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer apenas um registro hoje e peço a compreensão dos nobres colegas Senadores em relação ao mesmo.

Considerada, com toda a justiça, uma das cidades mais progressistas da região Centro-Oeste, Taguatinga completa 38 anos de existência no próximo dia 5 de junho, respondendo por mais de 40% da receita do Distrito Federal. Comprovadamente, Taguatinga é a maior arrecadadora de ICMS e uma das que mais recolhe IPTU.

A antiga "Vila Sara Kubitschek", que, em 1958, contava com pouco mais de mil moradores, possui hoje uma população superior a 400 mil habitantes e transformou-se numa cidade de arranha-céus.

Cidade privilegiada, com elevado padrão de qualidade de vida, Taguatinga conta com ampla rede de água e de esgotos sanitários, com eficiente iluminação pública e com 90% do perímetro urbano asfaltado, além de possuir o comércio mais intenso e o mais amplo parque industrial do Distrito Federal.

Evidentemente, como toda cidade que cresceu além das expectativas, Taguatinga enfrenta dificuldades típicas de qualquer grande centro urbano. São problemas naturais que o progresso traz em sua esteira. O escoamento do trânsito, por exemplo, começa a apresentar dificuldades decorrentes do intenso tráfego de veículos, principalmente no centro da cidade. A indústria e o comércio já se ressentem da falta de áreas para a sua expansão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, administrador que fui, durante quase cinco anos, dessa cidade de características tão marcantes quanto peculiares, sou testemunha do seu processo de transformação, progresso e modernidade, consolidados por uma população de espírito indiscutivelmente bairrista.

Posso afirmar hoje, com particular orgulho, que aquela cidade-dormitório, formada nos idos de 1958, transformou-se em vigoroso pólo econômico e cultural, merecendo sempre referência especial quando se trata de desenvolvimento pertinente à região Centro-Oeste.

Apraz-me, hoje, reconhecer a luta e o heroísmo dos seus pioneiros, que a transformaram em generoso abrigo daqueles que deram o melhor de si em prol da construção e consolidação da mais moderna capital do mundo.

Parabenizo os taguatinguenses pelos fecundos 38 anos de fundação de sua cidade, felicitando-os

pelo exemplo, pela liderança e pelo progresso, que a tornaram líder no Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (–PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é oportuna a presença de V. Ex^a na Presidência, Senador Vilson Kleinübing. Aproveito para abordar um tema, sendo V. Ex^a o vice-Líder do Governo, que sempre está a tratar dos assuntos da área econômica aqui no Senado.

Quero fazer duas sugestões ao Programa Nacional de Agricultura Familiar, elaborado pela FAO e por técnicos do Incra, mas que infelizmente ainda não saiu do papel.

Tive notícias de que R\$360 milhões ficaram parados na conta, no ano de 1995, porque não havia como operacionalizar um programa, por falta de planejamento oportuno do Governo.

Recebi cópia do programa, semana passada, das mãos da ex-Deputada Moema Santiago, que assume uma função de coordenação na FAO e que vai, portanto, trabalhar em conjunto com o Ministério da Agricultura no Programa Nacional de Agricultura Familiar. Mas veja a incoerência do programa, Sr. Presidente.

O programa prevê o atendimento a agricultores e coloca uma restrição: que não mantenham empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual - ajuda de terceiros - quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir.

Ora, Sr. Presidente, se queremos gerar empregos no País e se a pequena propriedade de até quatro módulos rurais, como aquelas que defendemos - V. Ex^a também é um dos defensores da pequena propriedade, apoiada pelo Governo -, conseguir empregar um trabalhador de forma permanente, isso tem que ser louvado e não servir de penalização a esse agricultor, Senador Bernardo Cabral, que deixará de ter os benefícios do Programa Nacional de Agricultura Familiar simplesmente por estar empregando um trabalhador de forma permanente.

Cito aqui, como exemplo, atividades bastante comuns no meu estado e no de V. Ex^a, Sr. Presidente, que são, por exemplo, a suinocultura e a avicultura. Vamos supor que um agricultor tenha uma propriedade de dois módulos rurais, o que é muito comum em Santa Catarina, no Paraná, no Sul do País, e deseje ingressar nesse Programa Nacional de Agricultura Familiar. Ele tem uma atividade que con-

centra a renda, tem renda agregada alta - por exemplo, a suinocultura e a avicultura - e, portanto, por ser uma atividade intensiva, necessita de um trabalhador permanente, como todas as granjas. Esse agricultor estará alijado, estará sendo penalizado por dar emprego a um trabalhador de forma permanente. Isso precisa ser corrigido no Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Peço o apoio de V. Ex^a porque esta é uma reivindicação das federações de agricultura, entre elas a Faep, que me encaminhou um ofício solicitando que intercedesse junto ao Governo para a alteração desse artigo do Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Em relação aos quatro módulos fiscais, muitas vezes um módulo fiscal não é a melhor maneira de se definir um produtor.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Com prazer, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Não queria deixar que V. Ex^a continuasse, por isso interrompo, para que não perca o exato momento em que V. Ex^a pede o apoio dos seus companheiros para uma luta tão nobre quanto essa. Quero dizer a V. Ex^a, e falo em nome do Senador Valmir Campelo e no meu, que conte com o nosso apoio na defesa de uma luta dessa envergadura. V. Ex^a, portanto, eminente Senador Osmar Dias, esteja certo de que, no seu caminho, estaremos a seu lado.

O SR. OSMAR DIAS – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

A essência, Sr. Presidente, da pequena propriedade é a geração de emprego. Para que os Senadores tenham uma idéia, uma propriedade grande, ou seja, maior que 100 hectares, que já é considerada uma propriedade de regime patronal, para cada 60 hectares, gera-se um emprego. Já as propriedades consideradas de regime familiar, aquelas que têm menos de 100 hectares - é assim que a FAO classifica -, para cada 9 hectares, um emprego é gerado. Portanto, uma relação de praticamente sete vezes mais empregos gerados na pequena propriedade.

Muitas vezes ouço dizer que as propriedades acima de 100, 1.000 hectares é que são responsáveis pela grande produção no País. É um engano! Uma série de culturas, entre elas o milho, a mandioca, o feijão, o arroz, em até 60%, são produzidas em propriedades menores que 100 hectares.

Portanto, neste momento em que o grande desafio do Plano Real parece ser o de vencer o desemprego, o de gerar empregos na zona rural e nos centros urbanos, acredito que o Programa de Agricultura Familiar deve ter uma alteração de enfoque, incluindo propriedades maiores do que quatro módulos fiscais - em algumas regiões, com essa restrição, haverá dificuldades de incluir pequenos produtores - e propriedades que oferecem emprego permanente. Esse programa, elaborado pelos técnicos da FAO, é espetacular, e nos dá uma nova visão de desenvolvimento rural, mostrando exemplos já seguidos em outros países.

Inscrevi-me para falar sobre a Semana do Meio Ambiente na sessão de quarta-feira. Busquei os números que conseguimos no Paraná, quando tratamos diretamente com as pequenas propriedades. Duzentos e cinquenta mil pequenos produtores se inscreveram em um programa de conservação de solos e estavam organizados em microbacias, em comunidades de conservação. Conseguimos atingir sete milhões de hectares de conservação de solos.

Quando chegávamos a uma propriedade grande, por estar ausente o produtor, tínhamos que aplicar a lei para que aquela propriedade fosse conservada, para que houvesse a conservação de solos da microbacia e para que a preservação dos mananciais fosse completada.

Portanto, sou um defensor da pequena propriedade. No dia em que destruímos o modelo da pequena propriedade neste País, estaremos destruindo a agricultura e qualquer perspectiva de realização da reforma agrária. Desse modo, o número de famílias será tão grande que não haverá Governo, nem área e nem dinheiro para assentar as famílias que estarão pleiteando terra.

Tenho uma proposta sobre a reforma agrária que quero juntar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar. Li um artigo do ex-Presidente do PT, Luís Inácio da Silva, em que ele dizia que a reforma agrária era conversa mole e que seria maracutaia o não-pagamento das terras desapropriadas com os títulos da dívida agrária. Até concordo com ele, desde que não tenhamos um controle rigoroso da avaliação das terras e da aplicação dos recursos no pagamento das mesmas.

No entanto, a proposta que fiz, e talvez seja analisada também pelos integrantes do PT - aproveito aqui a presença do seu Líder, Senador José Eduardo Dutra -, está à disposição em meu gabinete e já foi entregue ao Presidente da República, ao Mi-

nistro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil. Inclusive, V. Ex^a, Senador Vilson Kleinübing, foi quem marcou para mim uma reunião com o Ministro da Fazenda, estando presente também quando a entreguei.

Não há, hoje, nenhum título ao portador no Banco do Brasil. Portanto, a minha proposta é exatamente a criação de um título com juros anuais de 9%, mais a capitalização para o Banco do Brasil de 3%, resultando em 12% de custos. Esse dinheiro, oriundo dos títulos ao portador, poderia lastrear um programa de reforma agrária nas seguintes condições: 50% das terras seriam pagas à vista, com dinheiro do fundo ao portador, e 50% em TDAs, que também seriam lastreadas por esse fundo ao portador. Especialistas no assunto me disseram que o dinheiro que está fora do País poderia voltar a ser internalizado para a compra desses títulos ao portador.

Não existe - repito - nenhum título ao portador no mercado, seria uma grande atração para investidores, com garantia na moeda estável que temos. É uma proposta para valorizar os TDAs e, sobretudo, dar garantia ao proprietário que tem a sua terra desapropriada.

Alguém pode dizer que o Senador Osmar Dias está fazendo uma proposta para salvar os proprietários de terra. Não. Quando dizem que a reforma agrária não caminha porque temos uma legislação muito enrolada, isso pode até ser verdade. Aqui há juristas que entendem melhor o assunto do que eu, como o Senador Bernardo Cabral.

Citarei um exemplo: no Paraná, há uma propriedade de 80.000 hectares invadida por 3.000 famílias. Todos sabemos que aquela terra é improdutiva e constitui um dos últimos latifúndios do Paraná. No entanto, o Incra envia os técnicos para emitirem o laudo como terra improdutiva, e o proprietário, por não ter nenhuma perspectiva de receber o valor que pretende por aquela terra - cujo valor de face dos TDAs não chega a 40% do mercado futuro e a 60% à vista - recorre à Justiça, que, com as dificuldades da legislação, permite que a questão continue enrolada.

A minha proposta é simples: dar valor, garantia e segurança aos TDAs. Com isso, esse proprietário, assim como milhares de outros, no País inteiro, colocariam as suas terras disponíveis para a reforma agrária e teríamos um estoque de terra muito maior, com muito mais agilidade do que temos hoje.

A minha proposta foi entregue ao Presidente da República e ao Ministro da Fazenda em outubro de 1995 e até hoje não recebi nenhuma notícia no

sentido de se ela possui algum valor ou não. Gostaria de receber a resposta do Governo Federal.

Sr. Presidente, outro assunto que gostaria de comentar é que o maior empresário e produtor de soja do mundo, Olacyr de Moraes, colocou as suas terras da Fazenda Itamarati à disposição do Governo para realizar a reforma agrária, aceitando receber por elas os TDAs da forma como se apresentam hoje. Entretanto, li que o Incra não sabe o que fazer a respeito. Entendo que, com a estrutura que tem a Fazenda Itamarati, poderíamos buscar exemplos em outros países. Conheço exemplos não tão radicais como o de Israel, mas muito mais adaptáveis às nossas condições, como as da França, para realizarmos um grande assentamento coletivo naquela fazenda.

Ora, uma hora reclamam que não têm terra, outra hora que não tem dinheiro; quando têm a terra e aceitam o pagamento em TDA, não têm competência para realizar o assentamento. Se não têm competência, convoquem quem saiba fazer o assentamento, que com certeza, há neste País à fora, pois conheço muitos técnicos com competência para pegar uma Fazenda Itamarati e transformá-la em um assentamento exemplar, modelo para o Brasil e para o mundo.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P 507

Brasília, 31 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 146/96, da Liderança do PDT, cópia anexa, os Deputados Vicente André Gomes, como titular, e Eurípedes Miranda, como suplente, que integrarão a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias contidas na revista **Veja** do dia 30 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — **Lutz Eduardo**, Presidente.

OFÍCIO Nº 146/96

Brasília, 28 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os senhores Deputados Vicente André Gomes e Eurípedes Miranda, para integrarem, na qualidade de membros Titular e Suplente, respectivamente, a

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias contidas na revista **Veja** do dia 3 de agosto de 1995, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — Deputado **Matheus Schmidt**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 469/96

Brasília, 24 de maio de 1996

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Bloco PPB/PL, os Deputados Hugo Biehl e Wígberto Tartuce para integrarem respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.459, de 21 de maio de 1996, que "altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro". Em substituição aos anteriormente indicados.

Atenciosamente, — Deputado **Oldemo Leão**, Líder do Bloco/PPB/PL.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 546, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro-Chefe da Casa Civil as seguintes informações:

1. Quais os membros da comitiva do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente visita oficial à República Francesa e quais os critérios de escolha dos mesmos?

2. Outras pessoas além dos integrantes da comitiva oficial viajaram para a República Francesa no avião presidencial?

Em caso afirmativo, qual o nome de cada uma delas e qual a razão para que fossem incluídas entre os passageiros daquele voo?

3. Quantos membros da comitiva oficial, ou passageiros do avião presidencial, têm relações familiares; até 3º grau, com o Senhor Presidente da República, exclusive sua esposa, ou com autoridades governamentais e quais necessidades de serviço determinaram a inclusão de familiares?

4. Quais as despesas, e valor das mesmas, realizadas pelos integrantes da comitiva oficial ou outros que acompanharam a comitiva, cobertas com recursos públicos? As despesas realizadas pelos familiares do Sr. Presidente, inclusive sua esposa, ou de familiares de autoridades governamentais com hospedagem, transporte, alimentação e outros itens foram incluídos como despesas da comitiva oficial? Qual o valor total gasto pela União com estas despesas?

5. Favor encaminhar a planilha de custos referente às diárias de viagem dos integrantes da comitiva oficial.

Justificação

A imprensa falada e escrita registrou que da numerosa comitiva que acompanhou o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso em sua recente visita oficial à França, participaram inúmeros familiares de autoridades governamentais. Este fato tem causado estranheza junto à opinião pública, um vez que, até o presente momento, nenhuma explicação oficial foi dada para a inusitada composição do séquito presidencial, sobretudo se levarmos em conta a seriedade dos propósitos envolvidos nesta missão oficial, bem como, o caótico estado das finanças públicas no Brasil.

Tendo em vista que os recursos da União destinam-se exclusivamente à execução de atividades inerentes ao Governo, este requerimento visa esclarecer este inquietante fato.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1996. – Senador **Lauro Campos**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - Concedo a palavra ao Líder do PFL.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se, hoje, nos Estados Unidos, para uma reunião amanhã, com o Presidente do BIRD, o Dr. Luiz Raimundo Azevedo, que é o Presidente da Valec.

A Valec é a empresa encarregada de construir a Ferrovia Norte-Sul. Essa Ferrovia foi iniciada no Governo do Presidente José Sarney. Um trecho de 100 quilômetros foi concluído, outro trecho de 150

quilômetros de Imperatriz até Estreito com 30% das obras realizadas, e, neste momento, essa Ferrovia encontra-se mais ou menos paralisada.

O traçado da Ferrovia Norte-Sul vai de Belém a Imperatriz, de Imperatriz passando por Estreito, ingressando no território do Estado do Tocantins, em seguida no Estado de Goiás e vem até as proximidades de Brasília, quando ela se interliga com a Ferrovia que vai de Brasília até São Paulo, até o Sul do País.

Sr. Presidente, trata-se de uma ferrovia de grande importância para a integração nacional econômica e social.

Temos quase um abraço de ferrovias no território brasileiro, e o elo necessário para fechá-lo completamente chama-se Ferrovia Norte-Sul.

Estudos recentes realizados pela Valec demonstram que essa ferrovia custará apenas US\$1.2 bilhão em seus 1.600km. É uma das obras mais importantes já projetadas no Brasil e, infelizmente, encontra-se paralisada.

Dir-se-á: é muito dinheiro! Não é muito dinheiro. Os jomais registram que a diferença do rombo do Banco Nacional, prevista pelo Governo, é superior a R\$1.5 bilhão. Isso é apenas a diferença, não o prejuízo proporcionado pelo Banco.

Ora, uma obra dessa natureza, capaz de gerar milhares e milhares de empregos ao longo de sua construção, que vai gerar uma economia poderosíssima no Centro-Oeste brasileiro, não pode ficar à mercê de dificuldades orçamentárias momentâneas.

De qualquer sorte, naquela cidade estão o Presidente da Valec e a Governadora do meu Estado, Roseana Sarney. Outros governadores encontram-se também na capital norte-americana para a reunião que se realizará amanhã com o BIRD. Tenho notícias que esse Banco se interessa por financiar a ferrovia.

De tal modo ela é importante e atende até aos interesses econômicos internacionais que empresas da Alemanha e dos Estados Unidos, à época do Governo Sarney, propuseram-se a financiar integralmente a ferrovia e explorá-la por um período de 10 a 15 anos. Lastimavelmente, o Governo, àquela época, não aceitou as propostas claras, oficiais que haviam sido feitas nesse sentido. Se aquilo tivesse acontecido, hoje essa ferrovia circularia com a riqueza aumentando às suas margens direita e esquerda em toda essa extensão de 1.600km.

No que diz respeito aos produtos agrícolas, a nossa soja é hoje uma das melhores do mundo. A dificuldade que temos de competir com a soja ameri-

cana é exatamente a ausência de uma ferrovia que possa levar o produto do centro de produção até o porto de embarque, que, no caso, é o Porto de São Luís.

Já temos a ferrovia com 700km, que vai de Imperatriz a Açailândia e de Açailândia até o Porto de São Luís, que é um dos melhores do Brasil e o mais próximo do mercado consumidor internacional. O que nos falta é apenas a decisão política de buscar o financiamento para a execução final dessa obra de transcendental importância para a economia e para a vida social e política do Brasil.

Sr. Presidente, faço votos que a missão que se encontra hoje em Washington possa de lá retornar com o empréstimo suficiente para a construção dessa grande ferrovia.

O próprio Presidente da República acaba de reconhecer, em Paris, que houve um acréscimo de aproximadamente 20% no desemprego do ano passado em relação a este ano, ou seja, elevou-se de 5% para 6% de 1995 para 1996. Assim, nós, que tanto temos reclamado do aumento do desemprego, precisamos buscar caminhos para que isso seja contido, e a situação seja revertida, a fim de que possam os brasileiros, no mínimo, trabalhar e viver dignamente com as suas famílias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.464, de 31 de maio de 1996, que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaca	Carlos Bezerra
Fernando Bezerra	Flaviano Melo
	PFL
João Rocha	Odacir SoaresBello
Parga	Jonas Pinheiro
	PSDB
Pedro Piva	Jefferson Péres
	PTB
valmir campelo	Emilia fernandes

PSB

Ademir Andrade

Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL/PTB)

Régis de Oliveira

José Carlos Coutinho

Paulo Bauer

Cláudio Cajado

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)

Geddel Vieira Lima

Max Rosenmann

Bloco (PPB/PL)

Ibrahim Abi-Ackel

Jarbas Lima

PSDB

Jovair Arantes

Zulaê Cobra

PV

Fernando Gabeira

.PT

Sandra Starling

Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-6-96 - designação da Comissão Mista

Dia 4-6-96 - instalação da Comissão Mista

Até 5-6-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-6-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 29-6-96 - prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.465, de 31 de maio de 1996, que "acrescenta § 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Carlos Bezerra	Ramez Tebet
Humberto Lucena	Casildo Maldaner
	PFL
Freitas Neto	Bello Parga
Vilson Kleinübing	Júlio Campos

	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
	PPS	
Roberto Freire		
	PPB	
Levy Dias		Lucídio Portella

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Magno Bacelar	Rogério Silva
José Carlos Aleluia	Samery Filho
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN)
De Velasco	Eudoro Pedroza
	Bloco (PPB/PL)
Eraldo Trindade	Aginaldo Timóteo
	PSDB
José Tomás Nonô	Nelson Otoch
	PDT
José Maurício	Serafim Venzon
	PSB
Sérgio Guerra	João Colaço

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-6-96 - designação da Comissão Mista

Dia 4-6-96 - instalação da Comissão Mista

Até 5-6-96 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 14-6-96 - prazo final da Comissão Mista

Até 29-6-96 - prazo no Congresso Nacional

SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão solene, destinada a comemorar os dez anos de reativação das relações entre Brasil e Cuba, a realizar-se no dia 26 do corrente, às 11 horas, no plenário do Senado Federal.

Usarão da palavra o Deputado Fernando Lyra, indicado pela Mesa da Câmara, e o Senador Roberto Requião, pelo Senado, que foi o primeiro signatário do requerimento.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Erandes Amorim. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de sugerir aos diretores e donos dos jornais deste País que fizessem distribuir aos seus leitores um comprimido de calmante dentro de cada número de jornal. Sem isso os leitores vão ficando calejados, vão ficando anestesiados em sua capacidade de se extasiarem, de se revoltarem diante de um quadro que vai-se formando a cada dia com a mais dantesca crueldade. Às vezes, pensa-se que o que é preciso fazer com este País já não é passá-lo a limpo, mas recolocá-lo de cabeça para cima.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento em que peço informações a respeito da composição da comitiva dessa grande "embaixada" que acompanhou em sua "derradeira", mas certamente não última viagem, o Senhor Presidente da República e a sua **entourage**, até - só poderia ser, como quase sempre acontece - Paris, a meca dos intelectuais, dos que apreciam as boas comidas, dos que vão atrás de perfumes e de gravatas Hèrmes. Sei lá.

De modo que é preciso que saibamos quantos "parentes e aderentes" compuseram essa fantástica comitiva. É preciso que saibamos quanto foi gasto nessa viagem tão bem acolhida pelos franceses. Os jornais da França disseram que o Brasil havia sido muito pródigo com a companhia estatal de eletricidade francesa que comprou nossa Light. Obviamente, o nosso Presidente, além de outros motivos, tem mais este para ser bem recebido no País amigo.

Enquanto isso, oitenta e oito velhinhos, companheiros meus da terceira idade, morrem na câmara de tortura, em plena Cidade do Rio de Janeiro.

Este é realmente o País dos confrontos. Os jornais noticiam que este Governo da extinta socialdemocracia, mas ainda sobrevivente no País, que prometeu tudo pelo social, anuncia seus programas de governo, mas que vale uma proposta eleitoral.

O Sr. Bresser Pereira disse - e não me sai da memória a sua imagem falando no plenário da Câmara - que existem dois programas: um, para ganhar votos; e outro, para ser executado. E querem que os políticos não se desmoralizem, se repre-

sentantes da classe política, como o Sr. Bresser Pereira, declaram, da tribuna da Câmara dos Deputados, que o programa para ganhar votos é um, e o programa para ser lançado contra o povo, depois da posse, é outro.

Esta socialdemocracia brasileira, que tantas esperanças despertou no eleitorado, acaba de ser acusada, não por mim, um petista, mas pelo Tribunal de Contas da União, de ter reduzido em 82.7% os gastos com a assistência a crianças, entre 1994 e 1995. Isso significa que mais crianças vão se somar às 500 mil prostitutas entre 10 e 15 anos de idade, não há dúvida alguma, porque o Governo reduziu em 82.7% as despesas com o amparo à infância.

E não apenas isto, programas para a geração de emprego e renda caíram 40,95%; e apoio à educação e ao ensino básico, 19,98%. Isso consta do relatório do Tribunal de Contas da União. Portanto, não deveria ser objeto de qualquer dúvida. Dúvida, sim, tenho eu a respeito de alguns dados que o nosso sorridente Presidente anuncia e voltou a anunciar na França.

Na Europa, onde o desemprego se encontra em alguns países, como na Espanha, em 22%, dizer que no Brasil o desemprego é grande, é de 5%, e que vai aumentar para 6%, não é fazer uma declaração derrotista. Existe um sentido de auto-elogio a este Governo, que vai conseguir, no ano que vem, 6% apenas de desemprego.

Diante dos números a que os europeus estão acostumados, não é uma derrota, é uma vitória sobre o desemprego. Seria, se fosse verdade. Mas não é. Não é por quê? Porque um País onde 52% da força de trabalho se encontra no mercado informal não pode ter suas estatísticas de desemprego comparadas com a Inglaterra ou com a França, porque, nesses países, esse percentual que se encontra no submundo, no emprego informal, é muito menor que o nosso.

O IBGE não consegue apurar devidamente quantos daqueles 40% que não têm carteira assinada, quantos daqueles 52% que se encontram no mercado informal compõem realmente o número dos nossos desempregados no Brasil. Mas o IBGE confessa que, nos últimos dez anos, cerca de dois milhões de brasileiros saíram do Brasil e não voltaram.

Não há, portanto, condições de sobrevivência, entenderam muitos brasileiros. E procuram a Austrália, os Estados Unidos, a França, procuram qualquer país do mundo onde possam trabalhar. Foram expulsos da terra, eles ou seus pais, foram expulsos do trabalho na cidade e agora são expulsos do País.

Ame-o ou deixe-o! Não oferecem alternativa para dois milhões de brasileiros. Deixaram-nos, infelizmente. E, tendo nos deixado, aliviaram as estatísticas do desemprego nacional.

Não estão mais aqui, em Governador Valadares, ou em outras cidades que se transformaram em centros de emigração deste País, procurando emprego, incomodando, fazendo passeatas em Brasília, protestando por seu direito de trabalhar, assegurado pela Constituição, mas desassistido pela realidade.

É evidente que não podemos e não temos tempo para traçar aqui sequer uma parte desse quadro dantesco em que se transformou nosso País. Nossa consciência já está com calos formados, os calos da insensibilidade que fazem com que deixemos de nos identificar, de nos solidarizar com o sofrimento do próximo. Por isso, jocosamente sugeri que os jornais distribíssem um comprimido de calmante aos seus leitores.

Hoje, estive pensando: o próximo é tão importante e a nossa sociedade o fez tão distante. Quando no Pólo Norte, naquele deserto de gelo, dentro de um iglu, chega um visitante, é tão grande a alegria de ver um próximo, é tão rei e soberano o próximo que bate à porta de um iglu, à procura de um pouco de calor, que o dono do iglu oferece a sua mulher, algo quente e confortável, como retribuição pela vinda do próximo. Como vale o próximo naquelas situações! E o nosso próximo, hoje, vale tão pouco.

Como é que nossos eleitores vão nos reconduzir para estas duas Casas se os jornais noticiam - **Folha de S. Paulo**, primeira página - : "mapa das emendas eleitoreiras é levantado pela **Folha**"; e mostra que há 2.214 obras inacabadas, custeadas pelo Orçamento. E ainda assim continuamos a iniciar novas obras e a plantar novas pedras fundamentais sobre o esqueleto dessas obras inacabadas, dessa dissipação devastadora.

O clientelismo já torrou R\$15 bilhões. E se há, aqui, algum político que se propõe ou se submete, em troca de favores, à venda de seus votos, é óbvio que - como disse o Senador Pedro Simon, e fazendo um paralelo com S. Ex^a -, se há um corrupto, existe um corruptor.

Portanto, é preciso que enxerguemos claramente quem está corrompendo o Legislativo brasileiro. Seguramente, não são mais as empreiteiras, que estão em baixa, mas existe algum poder superior, bem próximo de nós. E sabemos qual é esse poder. Muitas vezes, grupos de Senadores, de Deputados ou de representantes do povo se deixam fotografar

ou filmar em sua alegre passeata à procura de audiências nem sempre abertas, claras, transparentes.

O fato de existir o clientelismo, o toma-lá-dá-cá, essas formas de corrupção, isso tudo não quer dizer que devamos silenciar a imprensa, que, neste País, presta um serviço fantasticamente positivo, indispensável e insubstituível.

A imprensa investigatória se transformou na nossa consciência coletiva. Se a nossa consciência, se o nosso superego, se a nossa censura moral não se formou e não soube introjetar o conteúdo social de que deve estar imbuída, à altura de nos transformar em uma nação de homens verticais, é evidente que uma imprensa, exercendo esse papel de censura, numa sociedade em que a censura anda em tão baixo nível, é indispensável. É justamente por isso que a imprensa, ao ser indispensável, ao exercer essa função social de primordial importância, não deve incorrer no abuso de, levemente, acusar alguns políticos, alguns legisladores, alguns Deputados ou Senadores de estarem praticando atos imorais, atos de corrupção, atos de subserviência indébita.

Acusar colegas nossos de estarem arranjando, no seu apartamento, uma porcaria de uma banheira ou um banco que teria custado R\$800,00 ou R\$900,00, como aconteceu com a figura impoluta e inatacável do Senador Jefferson Péres, cuja fotografia foi estampada em primeira página de jornal, é um ato que deve merecer crítica.

Portanto, para que a imprensa possa exercer essa sua função superior, ela deve investigar com muita cautela; investigar, por exemplo, como fez quando acusou a existência de fraudes no nosso sistema financeiro.

Como explicaremos aos nossos eleitores que o Proer, que aprovamos aqui, já está pegando cerca de R\$40 bilhões para repassar aos banqueiros que se dizem falidos, banqueiros que lesaram o País, banqueiros que praticaram fraudes?

O Banco Central encaminhou à Procuradoria-Geral processos contra não apenas dois, mas todos os diretores do Banco Nacional, incluindo todos os Magalhães Pinto, inclusive D. Ana Lúcia Magalhães Pinto, nora do Presidente da República. Agora, não são mais R\$4,6 bilhões que o Proer passa para esse banco, mas R\$6,7 bilhões só para o Nacional.

Há poucos dias, ausentei-me do plenário. Por quê? Porque a situação está tão séria, que, algumas vezes, não há opção de escolha: é escolher entre o desastre, o péssimo ou o pior ainda.

No caso do Banespa, ou daríamos R\$7,5 bilhões como empréstimo ao Governo de São Paulo para

salvar o Banespa ou, se não o fizéssemos, depois de quatro ou cinco dias, o Proer entregaria não R\$7,5 bilhões, mas os R\$18 bilhões inteiros de que o Banespa necessita.

Ficamos entre o absurdo de entregar R\$7,5 bilhões para o Governo de São Paulo - que agora já diz que não quer só essa importância, porque precisa de mais R\$3 bilhões, pelo menos - ou de esperarmos mais alguns dias para vermos aprovado aqui o Proer, que transformaria um banquinho qualquer no dono do Banespa, por meio da injeção de R\$18 bilhões.

Diante do péssimo ou do pior ainda, em qual dos dois poderíamos votar? Em nenhum dos dois, obviamente! Nenhum dos dois merece o nosso voto; nem o empréstimo para São Paulo, nem o socorro ao Proer.

Portanto, diante dessa situação, a ausência não é vergonha para mim. Ausentei-me. Poderia ter também me absterido da votação, mas ausentei-me para explicar porque deixei de votar, porque não compareci àquela sessão. Entre o péssimo e o pior ainda para a sociedade brasileira, parto e abro a porta vergonhosa da ausência. Mas não me abaixo para passar por essa porta, porque sei que, ao escolhê-la, estava escolhendo o menos mau dos caminhos que essa loucura brasileira nos oferece; escolhas tão limitadas, tão pobres, tão desumanas, que acabamos compartilhando, querendo ou não, não apenas os descaminhos do Governo, mas também a censura e as críticas da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Kleinübing) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, depois que o clima emocional dos últimos dias passou e o equilíbrio e a sensatez voltam a ditar as declarações dos que fazem vida pública e se pronunciam sobre a lei da imprensa, desejo me juntar àqueles que, nesta Casa, no final da última semana, manifestaram o desejo de que o Congresso Nacional não trate na emoção, no calor de uma declaração que possa ter causado alguns mal-entendidos dentro do Congresso Nacional, uma lei que, obviamente, não vai servir a uma outra questão pontual, mas, ao contrário, deve servir ao interesse do País.

É importante registrar que a correção das eventuais distorções que porventura existam em qualquer publicação de domínio público é feita naturalmente pelo exercício da liberdade.

Nós, que já vivemos, há muito pouco tempo, sob a égide da censura de imprensa, sem liberdade e sem democracia, não podemos cair na esparrela de ainda discutir em clima emocional qualquer lei que possa coibir o livre exercício da informação.

Penso que existem excessos. É natural que num país em que há liberdade haja excessos, haja distorções, haja erros, mas não tenho a menor dúvida - a experiência de tantos países demonstra isso - de que é a própria liberdade que cuida de aparar esses exageros e fazer que o próprio leitor seja responsável por cuidar que essas matérias não tenham a repercussão que teriam se fossem calcadas em verdades absolutas.

Jornais desse final de semana trouxeram algumas matérias que avaliam de maneira negativa o Congresso Nacional. Especificamente, a **Folha de S. Paulo**, em matéria de domingo, a par de informações que não posso avaliar, trouxe algumas de que, pessoalmente, discordo. O mesmo ocorre em relação ao **Jornal do Brasil**. Ao lado de avaliações que parecem precisas, calcadas em informações da própria Mesa do Congresso Nacional, há algumas avaliações subjetivas de que eu pessoalmente discordo. Mas não é o fato de eu ou qualquer outro Parlamentar concordar com essa ou aquela matéria e, mais que isso, de haver - e muitas vezes há - exageros nessa ou naquela informação que devamos, em regime de urgência e sob o clima da emoção, votarmos uma lei que poderia, eventualmente, ter contornos da transitoriedade do momento em que vivemos e não, como deve ser, os contornos de uma lei que responda aos interesses da democracia, que todos desejamos.

O Sr. Lauro Campos - V. Exª permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Concedo o aparte ao Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - Senador José Roberto Arruda, estou de pleno acordo com a preocupação de V. Exª no sentido de que a Lei de Imprensa, a que querem agora atribuir rapidez maior, seja suficientemente cautelosa para impedir que a liberdade de imprensa, tão duramente conquistada, não seja colocada de lado. Gostaria também de acrescentar aos dados de que V. Exª dispõe a respeito desse assunto a informação de que o jornalista Arnaldo Jabor, fulcro da agitação ocorrida na última semana, de acordo com o que se lê hoje na coluna de Carlos Heitor Cony, na página 2 da **Folha de S. Paulo**, teve longa audiência na Presidência da República na véspera do dia em que lançou aquelas assertivas

talvez caluniosas, talvez injuriosas, talvez demasiadas apenas, a respeito do Congresso Nacional. Era só essa contribuição do Carlos Heitor Cony, a respeito dessa convivência que ele ataca entre o jornalista e o centro do Executivo nacional, que eu gostaria de apresentar a V. Exª, como sugestão para bem informar o seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Agradeço a contribuição do Senador Lauro Campos.

Sr. Presidente, parece fundamental para todos os que fazemos vida pública que o regime de liberdade em que vivemos, o Estado democrático que tem hoje o País e as conquistas maiores da nossa geração não sejam colocados em risco. Os Senadores Lauro Campos e Josaphat Marinho têm mais experiência do que eu, mas considero que uma das qualidades do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, como ser humano, obviamente tem seus erros, seus defeitos, reconhecida até pelos seus opositores, é o seu espírito democrático, verificado pela sua história de vida, principalmente no exercício da Presidência da República. Digo sempre que Fernando Henrique Cardoso talvez seja o presidente mais parlamentarista da história do presidencialismo brasileiro, pelo gosto que tem pelo jogo democrático, pelo diálogo parlamentar, pela relação que tem, como Presidente, com o Congresso Nacional. Isso é muito positivo.

Obviamente, ninguém está de acordo com que esse ou aquele jornalista, num comentário mais inflamado, jogue nódoas sobre qualquer instituição democrática. Todos nós devemos zelar pelas instituições democráticas, e o Congresso Nacional é a própria Casa da democracia. Mas, quando há exagero - não estou afirmando que houve -, a própria liberdade de pensar, de escrever, de dizer publicamente as suas opiniões é que faz com que essas correções ocorram naturalmente, sem que tenha de existir, para isso, lei própria, principalmente se discutida e elaborada no calor de um clima emocional, porque isso poderia responder a uma necessidade pontual de afirmação do Congresso Nacional, mas certamente não responderia ao desejo maior de todos nós de uma democracia duradoura, forte, que é fundamental.

O Sr. Josaphat Marinho - V. Exª permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho - Aproveitando o assunto de que V. Exª trata, permita-me que apenas faça uma ponderação. Estamos todos certos de que

afinal o Congresso, por suas Casas ou por qualquer delas, vai deliberar considerando que a lei é feita para a Imprensa como instituição; não para seus membros individualmente considerados. Temos de considerar a instituição, que é a imprensa, e fazer a lei para ela, dentro do rigor e da moderação compreensíveis num regime democrático. Fora daí, também o Congresso Nacional perderá a razão de sua decisão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Agradeço ao Senador Josaphat Marinho, que, com palavras rápidas e objetivas, resume o pensamento que eu tentava expor.

O fundamental é isso. Não se pode voltar aos tempos da censura e muito menos aos tempos da censura com paixão. Ninguém deseja neste País perder o maior ganho de todos nós, que é exatamente o da liberdade e o da democracia. E que os exageros sejam naturalmente corrigidos pelo próprio exercício da liberdade.

Congratulo-me com aqueles que me antecederam na abordagem desse tema, principalmente o Senador José Fogaça e o Senador Elcio Alvares, que, parece-me, destacaram adequadamente, com equilíbrio e sensatez, a posição que deve ter o Congresso Nacional neste momento.

Principalmente, quero deixar claro que é natural que todos nós que fazemos vida pública, em alguns momentos, tenhamos o direito de discordar, de responder, de julgar descabido esse ou aquele comentário, essa ou aquela informação. Penso que os instrumentos que já existem hoje no País já são suficientes para que essas correções se dêem. Eu mesmo conheço jornalistas que respondem, neste momento, a processos por determinadas afirmações que fizeram através de seus veículos. Não sei por que teríamos que criar uma nova legislação para que isso se desse.

Se queremos o Congresso Nacional discutindo a Lei da Imprensa dentro do enfoque que nos coloca o Senador Josaphat Marinho, acho que devemos estar de acordo com uma lei para a instituição imprensa e não para punir este ou aquele jornalista - que este intuito não esteja no espírito da Lei - e da mesma maneira, uma Lei de Imprensa que seja um pilar a mais na construção da democracia e na manutenção da liberdade. E não que seja expressão de censura a esta ou aquela informação, ainda que exagerada ou descabida.

Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vilson Kleinübing) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta sessão de hoje, uma segunda-feira pouco concorrida, para tratar de um assunto regional que está afligindo diversas pessoas no Estado de Sergipe, mas que tem a ver também com a discussão nacional.

Todos nós sabemos que, em decorrência da automação e do investimento em tecnologia, o número de empregos no setor bancário vem se reduzindo consideravelmente. E existe até uma tendência a que essa redução se acentue ainda mais.

No entanto, o Banco do Estado de Sergipe vem promovendo um processo rigoroso de enxugamento, que não é decorrente da automação e do desenvolvimento, mas, ao contrário, da incompetência e da falta de probidade administrativa.

O atual Governador, Sr. Albano Franco, chegou ao Governo do Estado brandindo uma plataforma de geração de 100 mil empregos no Estado de Sergipe, utilizando o argumento de que, por ter sido Presidente da CNI por mais de uma década e até pelo fato de ter uma relação de amizade e de influência muito grande na indústria nacional, teria condições de cumprir sua promessa.

Infelizmente, o que vem acontecendo é exatamente o contrário. O Banco do Estado de Sergipe está sob intervenção branca desde o início do Governo Albano Franco. Foi indicado para presidente um funcionário do Banco Central, de comum acordo com o Governo Estadual. No ano passado, sob alegação de que o banco estaria com problemas de ordem financeira e que era necessário um enxugamento rigoroso, foram demitidos quase 300 empregados do Banco do Estado de Sergipe. Agora foram efetivadas mais 250 demissões, chegando a um total de aproximadamente 550 bancários demitidos nesse período. E já se fala na possibilidade de demissão de mais 150.

Só que o problema principal do Banco do Estado de Sergipe não é atacado, que é exatamente o alto nível de inadimplência de grandes tomadores de empréstimos do Banco, todos eles amigos e aliados do Governador Albano Franco.

Deve-se ainda registrar que o Banese, na década de 80, era apresentado como modelo entre os bancos estaduais. De 1991 para cá, o banco começou a conseguir a façanha de dar prejuízo em pleno período inflacionário, em função do não-pagamento dos empréstimos feitos principalmente para grandes empresários, para obras faraônicas, para projetos

que acabaram não dando retorno. E quem acabou pagando o pato foi o banco.

Em reunião acontecida na semana passada entre o Governador do Estado e representantes do sindicato dos bancários, o Governador disse que fez até muito evitando que o banco sofresse intervenção e citou o exemplo do Banespa e do Banerj. Ele alega que conseguiu evitar a intervenção no Banco do Estado mas, na verdade, o que ele fez foi simplesmente garantir o emprego de alguns diretores amigos seus, que já eram diretores do banco na gestão anterior, levando a instituição a essa situação e que, com o processo de intervenção branca, foram mantidos. Ao invés de se nomear um interventor, que com certeza não manteria essas pessoas na direção do banco, nomeou-se um presidente, de comum acordo entre o Banco Central e o Governador, e manteve-se esses diretores na atual administração.

Enquanto existe um processo rigoroso de enxugamento, com demissão de funcionários, o Governador Albano Franco, talvez seguindo o exemplo do Presidente da República, prefere viajar pelo mundo. Recentemente, passou dez dias em Londres para comemorar os 25 anos de casado, ele e sua esposa, Dr^a Leonor Franco. E a justificativa para se afastar tantos dias do Estado, enquanto surgem tantos problemas, é a de que ele viajou com recursos próprios. Ninguém disse o contrário. No momento em que, além da questão do banco do Estado, há diversos outros setores da economia sergipana entregues à míngua em função também do próprio programa do Governo Federal, o Governador prefere, de forma muito cômoda, passar dez dias em uma nova lua-de-mel em Londres a preocupar-se com a situação de mais de 250 bancários, que estão sendo demitidos. Lembro, inclusive, que, quando da primeira leva de demissões no ano passado, houve até tragédia, como o suicídio de um bancário que perdeu o emprego em um banco no qual trabalhava há 25 anos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Com muito prazer, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares – Somando-me ao pronunciamento de V. Ex^a, quero prestar a mais justa e irrestrita solidariedade a todos esses funcionários do Banco do Estado de Sergipe, que, frustrados e decepcionados na missão que escolheram de se dedicarem ao banco que viram crescer e participar do desenvolvimento do Estado, hoje estão sujeitos a essa humilhação de não terem mais onde trabalhar. O déficit público vem sendo combatido no

Brasil com remédio cruel e amargo, nascido, quem sabe, da cabeça daqueles que, vivendo em países desenvolvidos como os Estados Unidos, não estimam as dificuldades e os obstáculos que um pai de família, num país subdesenvolvido como o Brasil, encontra para, novamente depois de demitido, ser admitido em uma empresa pública ou privada. Hoje, para qualquer um de nós, é um privilégio ter um emprego, uma ocupação. Anteriormente, quando o Brasil crescia e se desenvolvia, os brasileiros tinham mais tranquilidade. Agora, Senador José Eduardo Dutra, apesar das promessas tanto do Governo Federal quanto do Governo Estadual, o que estamos vendo é desemprego em massa, desilusão, desânimo de milhares e milhares de brasileiros. Nessa semana, no jornal **O Estado de S. Paulo**, foi publicada uma entrevista do ex-Superintendente da Sudene, Celso Furtado, que contribuiu para a sua realização e é um grande amigo do Presidente da República. Quando Celso Furtado residia na França, o agora Presidente Fernando Henrique o visitava e vice-versa; existe uma intimidade muito grande entre eles. Celso Furtado foi sincero ao dizer que o desempenho do Governo do Presidente Fernando Henrique está aquém das expectativas do povo brasileiro. O que estamos tentando fazer no Brasil? Construir uma estrutura que possa concorrer, internacionalmente, dentro do processo de globalização, gerando novos empregos e distribuindo rendas, de forma a corrigir as injustiças sociais. Mas nada disso está acontecendo, apesar da propaganda massiva de que haveremos de crescer depois que o processo inflacionário for dominado. Ora, o processo inflacionário praticamente já foi dominado, mas a prioridade é a estabilidade da moeda a qualquer custo, mesmo que milhares e milhares de brasileiros estejam sendo demitidos, sem contarem com uma nova ocupação. O que aconteceu no Estado de Sergipe, em primeiro lugar, foi uma campanha falsa, encaminhada ao povo sergipano, no sentido de que o ex-Presidente da CNI, Senador Albano Franco, acompanhado do Presidente, do qual era amigo e também correligionário, poderia gerar 100 mil empregos no Estado. Quem não acreditou nisso? Nós não acreditamos, mas uma grande parte da população acreditou, inclusive os bancários que hoje estão sendo demitidos. Quantos deles não votaram no então Senador Albano Franco, achando que ele iria cumprir essa promessa? Senador José Eduardo Dutra, é por isso que os políticos estão desgastados. O Senador Albano Franco sabia da situação do Estado, porque o então Governador João Alves Filho, naturalmente,

disse para S. Ex^a o que estava acontecendo. Foi uma temeridade que promettesse o que não poderia cumprir. Isso desgasta a classe política. Passamos quatro anos governando o Estado, e durante todos esses anos o Banco do Estado de Sergipe deu lucro. Não demitimos nenhum servidor, tanto da administração direta e indireta quanto do Banco do Estado de Sergipe, mas, graças à ineficiência da administração que me sucedeu, o Banco do Estado de Sergipe chegou à situação em que se encontra. Quase 700 funcionários terão que ser demitidos, e nenhuma justificativa é apresentada à comunidade sergipana, que sofre, neste momento, com essa **débacle** do banco do Estado e essas demissões, que estão colocando no sofrimento centenas e centenas de famílias. Creio, Senador José Eduardo Dutra, que o Governador Albano Franco poderia ter sido mais sincero na campanha e, agora, deveria justificar essas demissões. S. Ex^a tomou um empréstimo, junto à Caixa Econômica Federal, de R\$120 milhões em decorrência do endividamento dos Estados, que está aumentando a cada dia por causa das altas taxas de juros. Se os Estados estão sendo obrigados a fazer essas demissões, o primeiro culpado é o Governo Federal, que não consegue uma política de contenção dos juros. É isso que está matando os Estados, os municípios e a própria União. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. Roberto Freire – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ouço V. Ex^a, Senador Roberto Freire.

O Sr. Roberto Freire – Senador José Eduardo, só para complicar um pouco. Venho de um Estado que, infelizmente, está sofrendo esses mesmos problemas. O Governador do Estado de Pernambuco é do Partido Socialista Brasileiro; faço parte do Governo, que é de esquerda e está enfrentando essas dificuldades. É por isso que digo que não devemos estar buscando um bode expiatório; temos de começar a buscar soluções e entender o que está ocorrendo, apenas para tomarmos um certo cuidado. Tenho tanta dificuldade, por exemplo, de estar discutindo o que acontece em Sergipe, quanto de estar participando, em Pernambuco, de um Governo que faz o mesmo, apesar de ser do Partido Socialista Brasileiro. Penso que tínhamos de começar a discutir por que isso está ocorrendo, que alternativas poderemos buscar. O Sistema Financeiro e, no caso concreto, a atividade bancária, vai sofrer fundamentalmente uma diminuição de postos de trabalho. Disso, não tenho nenhuma dúvida e ninguém deve ter.

Esse processo pode ser detido, salvo se imaginarmos que nossos bancos devam ser fechados. O que não pode - e em Pernambuco estamos tentando evitar - é que o problema das demissões seja tratado por todos os Governos como se fosse de somenos importância, como tem sido até agora: demitem, deixando que o problema depois se resolva, porque a economia se expande e todos os problemas relacionados ao seu sustento e de sua família são solucionados, e aquilo é tratado apenas como estatística; é um dado a mais, pode ir para onde quiser. Não! um Governo progressista, democrático e de esquerda - e o Governo Federal tinha que ter essa preocupação - não pode agir assim. Espero que o Governo de Pernambuco a tenha. Não sei como está a situação em Sergipe. Talvez, este seja o grande problema: tem que haver a perspectiva de seguro-desemprego; requalificação de mão-de-obra; discussão de oportunidade no mercado de trabalho; identificar quais outras oportunidades estão sendo oferecidas - integração dos organismos do Estado, seja universidade, seja o Sebrae; que órgãos podem participar de programas e convênios que tenham a capacidade de dizer esses que serão demitidos poderão ter programas de qualificação para que possam retornar, o mais rapidamente, ao mercado de trabalho. A obrigação do Estado seria com todos os trabalhadores e, muito mais, com aqueles que irá admitir. Isso é o que pode caracterizar a preocupação com o ser humano que vai perder o emprego. A economia - este é o dramático - está começando a mudar paradigmas de emprego. Não adianta pensarmos que determinadas atividades não vão sofrer redução. Lamentavelmente, uma das que está sofrendo redução no Brasil é o setor bancário. Os problemas dos bancos estaduais precisam ser analisados não apenas na questão do emprego, mas na sua viabilidade, para não acontecer, infelizmente, o que aconteceu: a viabilidade do Banespa ser sustentada, inclusive, pelos sergipanos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Valadares – Permite-me V. Ex^a falar, até para esclarecer melhor S. Ex^a?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pois não.

O Sr. Antonio Carlos Valadares - Votei contra a concessão de crédito ao Banespa. Entendi que V. Ex^a tinha dito que os sergipanos teriam votado a favor do crédito concedido ao Banespa.

O Sr. Roberto Freire – Não é isso, V. Ex^a entendeu mal. Estou dizendo que os sergipanos vão pagar.

O Sr. Antonio Carlos Valadares – Exatamente, toda a sociedade brasileira vai pagar.

O Sr. Roberto Freire – Todos nós. Infelizmente, eu não estava presente àquela sessão. Não sei nem quem votou a favor ou contra. Quis acrescentar apenas a dificuldade que todos nós estamos enfrentando para entender isso. E era importante compreender, para que tivéssemos uma intervenção que nos diferenciasse, efetivamente, dos governos liberais, dos governos de direita, que nunca se preocuparam com a questão do emprego. A nossa presença não é a de imaginar que não se pode demitir, mas sim ter a capacidade de indicar onde tem que ter emprego. Por exemplo, não se admite que o Governo Federal invente Programa de Comunidade Solidária e não tenha a preocupação com o programa de saneamento básico, abastecimento d'água e habitação, que são geradores de emprego e atenderão carências fundamentais do Brasil, particularmente no Nordeste. Se houvesse essa preocupação do Governo, muito provavelmente estaríamos gerando emprego e renda, para encarmos o desemprego muito mais seriamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Roberto Freire, V. Ex^a não ouviu o início do meu pronunciamento, quando eu disse reconhecer que há um processo de redução do trabalho nos sistemas financeiro e bancário, apenas registrando que o processo de demissões no Banese não é decorrente de automação ou estruturação, mas basicamente em função de o banco ter uma série de "micos" para receber, de grandes empresários, aliados do atual Governador, principalmente do governo anterior que, efetivamente, quebrou esse banco estadual.

O grande problema é que o Governador Albano Franco ainda não começou a governar, sendo apenas um mero inquilino com tempo determinado para que João Alves volte daqui a 3 anos, já que os principais postos da administração - raríssimas exceções - são de pessoas ainda ligadas ao ex-Governador.

Diz-se, em Sergipe, que o Governo Albano Franco é tão transparente que, ao olharmos para ele, se vê o Governo João Alves.

O Sr. Antonio Carlos Valadares – Deixo claro que há exceções no Governo Albano Franco, uma delas é o Secretário do PPS, Dr. Wellington Bandeira, Secretário de Segurança, que é um exemplo de dignidade e de trabalho. Há outros, como o Secretário de Educação, Dr. Luís Antônio Barreto, que merece todo o respeito da sociedade sergipana. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Essas duas exceções frisadas por V. Ex^a são efetivamente exceções. Agora, na questão das finanças de setores fundamentais para o Estado, infelizmente mantém-se todo o **status** anterior.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo fato de ter permitido que eu me estendesse.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Vilson Kleinübing deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (José Roberto Arruda) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, como Líder, por cinco minutos.

Primeiramente, peço licença ao Senador Roberto Freire para convidar o Senador Antonio Carlos Valadares para presidir a sessão.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não estava imaginando que numa sessão de segunda-feira tivéssemos alguma coisa a dizer, até porque não é deliberativa e há poucos parlamentares presentes. O que estou sendo forçado a falar talvez fosse interessante em dia com a Casa mais cheia. Mas não vou esperar, porque acredito que a indignação é nacional. Precisa de resposta o mais rápido possível.

Temos defendido, nós do PPS - até destoando de grande parte dos nossos companheiros de partidos de esquerda -, que é necessário, no Brasil, uma profunda reforma do Estado; por isso mesmo, participamos das discussões apresentando alternativas e, inclusive, votamos favoravelmente ao próprio Governo em algumas das reformas que aqui foram encaminhadas. Participamos de todas as discussões, apresentando alternativas também em quase todas elas: reforma na ordem econômica e agora, particularmente nesse momento, das reformas do chamado aparelho do Estado.

Este Governo é reformista, disso não tenho nenhuma dúvida. Esse seu caráter reformista tem provocado tensões na esquerda brasileira, que tem na origem, evidentemente, a perspectiva da mudança, da transformação, particularmente em sociedades como a nossa, sociedades injustas, de estruturas perversas e de um Estado que sempre foi instrumento para garantir interesses de minoria, privilégios da elite e, fundamentalmente, defender os interesses privados dos grandes grupos econômicos.

A reforma desse Estado, portanto, é uma necessidade. Discutir o mérito e participar desse processo - aí sim, é o que sempre estamos propugnando.

do - caberiam à esquerda, apresentando as suas alternativas.

Penso que o Governo encaminhou uma série de reformas nos vários setores da ordem econômica, como já disse, e na questão do aparelho do Estado: a reforma administrativa e a reforma da previdência. O Ministro da Educação tem promovido reformas, algumas delas até interessantes, embora no primeiro momento se tenha dito que era insuficiente. No entanto, continuo defendendo que é insuficiente, apesar de já estar dando resultados interessantes, como aquela avaliação nacional para se saber o nível educacional brasileiro. Já há alguns Estados preocupados com o baixo desempenho dos alunos, de uma forma geral. Isso dá, em linhas bem maiores, o nível em que se encontra, em cada Estado brasileiro, a educação básica.

Há um fundo que valoriza o profissional da educação, tentando - particularmente para nós, nordestinos - melhorar a remuneração e o nível de aporte de recursos para a educação fundamental. Algo tem sido feito. Pode-se discordar, mas está-se discutindo a questão.

Porém, há um setor sobre o qual não se discute reforma alguma, e talvez seja aquele que mais é discutido pela sociedade, que é o setor de saúde, pelos absurdos dramáticos que estão acontecendo. Da parte do Ministro da Saúde, não se escuta nenhuma proposta de reforma, apenas solicitação de mais recursos.

Quero frisar logo, de antemão, que sou favorável à criação do imposto sobre movimentação financeira. Inclusive, apresentei proposta para que não ficasse apenas como contribuição para a saúde, embora, emergencialmente, pudesse ser da saúde por dois anos, para que ninguém confunda uma posição que aqui vou assumir. O Ministro preocupa-se apenas em discutir mais recursos e nada disse com relação à mudança de estrutura, do sistema, da reforma dessa saúde pública brasileira, que está hoje prenhe de tragédias. Não se trata apenas de Caruaru. Já há outras. Antes de Caruaru, com relação também à hemodiálise, já havia acontecido em São Paulo. Antes dessa, são inúmeras as demonstrações de que o sistema de saúde pública brasileira é podre. Podre em todos os sentidos, porque apodrece seres humanos. É podre pela corrupção que envolve todos os setores. E pouco se faz para mudar.

Tem-se falado, e alguns órgãos da Imprensa brasileira vêm sistematicamente mostrando que a fraude é a norma na questão das guias de internação hospitalares, nas autorizações de internamento

hospitalar; fala-se, inclusive, de coisas absurdas, que evidentemente poderiam ser exceção num sistema que tivesse o mínimo de transparência e de seriedade: partos em homens, operações tremendamente melindrosas em que o paciente tem alta no mesmo dia. Isso, toda a imprensa brasileira denuncia. E o Ministro não muda coisa alguma. Apenas, infelizmente, autoriza que se pague e manda guardar os documentos, para que depois se estude se houve ou não fraude, num mecanismo evidentemente incompreensível para mim, porque não teria de pagar, teria de primeiro investigar.

Mas tudo isso dou por menos. O que não se pode dar por menos é o que está acontecendo a partir de Caruaru, com toda intensidade; há gente sendo tratada como gado, como objeto da pior espécie e sem qualquer respeito à dignidade humana; e por quem recebe dinheiro público para tratar dessas pessoas, daquilo que temos de mais significativo, que é a nossa saúde, pois é a nossa vida.

O episódio do Rio de Janeiro vai ser bem mais dramático, embora no seu mérito seja igual - não sei se mais dramático - ao ocorrido em Caruaru, talvez porque Caruaru seja Nordeste. Mas desde então deveria ter sido tomada uma atitude. Eu disse aqui que o que ocorreu em Caruaru poderia ter ocorrido em qualquer lugar deste País.

O serviço conveniado dos hospitais privados não merece o respeito de quem tem respeito pela vida humana, porque é um comércio e visa ao lucro e não ao atendimento, particularmente o atendimento àquilo de que o ser humano mais precisa, no momento em que se encontra totalmente fragilizado, correndo risco de saúde e de vida.

Não é por acaso que se diz que a Medicina não é uma profissão como outra qualquer: é sacerdócio, tem ética diversa porque trata daquilo que é o bem maior de cada um de nós. Pois bem! Muitos a transformaram em mercadoria, bem de comércio; visam ao lucro, está aí demonstrado. Ainda aparece cinicamente para dizer que ganha pouco quem é um dos maiores detentores de hospitais e de clínicas; chega, inclusive, a ser Presidente da Federação dos Hospitais deste País: o dono da Clínica Santa Genevêva. E o Ministro, a pedir mais recursos.

Eu não queria falar isso hoje, porque acho que o Governo, que julgo reformista, tinha que cobrar desse Ministro o mínimo de seriedade na administração da sua Pasta.

Volto a dizer que sou favorável ao imposto; portanto, não é porque voto contra que estou dizendo isso. Mas fica difícil imaginar dar recursos para

esse Ministro colocar na Clínica Santa Genoveva, nas hemodiálises do tipo de Caruaru, sem que antes entendamos como funciona o sistema da fraude e também se é possível ter outro sistema de saúde, porque isso ele não quer discutir.

Imagino, Sr. Presidente, que o Presidente da República talvez devesse agir de forma um pouco assemelhada com o Governo Itamar Franco. Eram questões distintas, mas - numa clara demonstração de que havia um sistema que precisava de uma avaliação muito mais séria e mais profunda, depois da CPI do Orçamento -, nós também, junto ao Governo Itamar Franco, defendemos que se fizesse um levantamento de todas as entidades do Conselho Nacional de Serviço Social, porque muitas delas eram fantasmas, muitas delas não prestavam contas, muitas delas não tinham qualquer utilidade pública, talvez uma utilidade privada, para transferência de renda pública para o ilícito.

Não seria agora o momento de o Governo dar uma resposta à sociedade, de fazer um levantamento, uma reavaliação de todos esses convênios com o sistema privado de saúde, para sabermos se há outras clínicas de hemodiálise, não só em Caruaru, e outras clínicas de doentes terminais como a de Santa Genoveva, não só no Rio de Janeiro? Penso que não é possível que o Brasil assista, talvez daqui a algum tempo, a novo e dramático episódio como esse, em que mais de 80 pessoas morreram em dois meses, num único lugar. É pior: o dono da clínica e os responsáveis por ela ocultaram cadáveres e estão soltos! Não sabemos sequer se há processos contra eles. Por quê? Por que é dono de hospital? Por que é um homem rico? Por que é de uma federação? Não sei quem é e não me importa saber. Votei contra a continuidade das prisões especiais; se as tivéssemos mantido, e ele fosse preso, não iria ficar preso como qualquer criminoso; e talvez o seja.

Isso é uma indignidade, Sr. Presidente. O País não pode assistir a isso e não fazer nada, salvo o Ministro que, agora, depois de tanta pressão, diz que vai intervir. Essa intervenção era o mínimo que se poderia fazer desde o início, tão logo se tomasse conhecimento do fato. Essa intervenção deveria ter sido feita sem precisarmos passar por algo tão dramático, apenas com a reavaliação de todos os convênios, com vistoria, com auditoria. Se ficasse comprovada qualquer irregularidade, transformar-se-ia aquele instituto, aquela clínica, aquele hospital em bem público, de imediato, sem desapropriação, mas com intervenção, para que não deixasse de prestar o serviço; uma prestação de serviço sem fraude,

sem corrupção, sem ilícito e sem indignidade como se está constatando em algumas dessas clínicas.

Será que começaríamos a ter coragem de, efetivamente, fazer a reforma do Estado brasileiro? Não apenas a reforma que atinge o servidor público, aquele de menor salário; esta se faz facilmente, não há muito problema, já que esse trabalhador o Estado nunca protegeu muito e se em algum momento o faz é de forma marginal. Mas o núcleo da proteção, o núcleo daquele que tem o Estado a seu serviço continua, infelizmente, intocado e intocável. Um deles é o sistema privado de saúde no Brasil.

Veja, Sr. Presidente, não estou propondo qualquer estatização - o que poderia até ser uma solução. Saúde não é comércio, saúde não pode estar na órbita da maximização do lucro.

Chegou o momento de o Governo afirmar seu caráter socialdemocrata que fica, cada vez mais, esmaecido e tratar do social, aquilo que muitos estão dizendo que falta ao Governo. O Governo deveria decretar uma intervenção muito concreta na questão da saúde, e exigir do Ministro, sob pena de sua demissão, que reformasse sua Pasta.

Durante o discurso do Sr. Roberto Freire, o Sr. José Roberto Arruda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Carlos Valadares, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Guilherme Palmeira, Odacir Soares e Humberto Lucena enviaram discursos à Mesa para que sejam publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno. S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Alagoas, no último dia 24 de maio, perdeu um filho que honrou a sua terra. Nascido no Município de Palmeira dos Índios, em 16 de fevereiro de 1945, Joarez Ferreira não só dedicou sua inteligência em benefício de seus conterrâneos, como também o fez como eficiente jornalista no Rio de Janeiro.

Filho de João Ferreira Filho e de dona Sebastiana Lopes Ferreira, ainda jovem exercia o magistério em sua cidade, tomando-se nos anos seguintes um destacado líder estudantil, ocupando, na década de sessenta, a direção da União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas.

Irrequieto e inteligente, deixou o burgo para lutar no jornalismo carioca, inclusive galgando a função de Chefe de Redação da revista **O Cruzeiro**, na

época, um dos mais importantes órgãos de comunicação do Brasil.

Embora vencedor na lide jornalística num grande centro, em 1975, retornou às plagas alagoanas, para exercer várias funções, nas quais marcou sua passagem como comunicador combativo, jurista competente e dedicado professor de Direito.

Inicialmente, foi Chefe de Gabinete da Presidência do Banco do Estado de Alagoas, indo, posteriormente, implantar e coordenar a Assessoria de Comunicação da Universidade de Alagoas.

Ao assumir o Governo de Alagoas, tive a satisfação de contar com sua contribuição como Diretor do Departamento de Assuntos Culturais, oportunidade em que desenvolveu amplo programa de atividades, dinamizando um setor tão importante para nossa coletividade.

Mais adiante, através de concurso, o advogado Joarez Ferreira ingressa no Ministério Público, tendo se dedicado à Justiça de Alagoas, como Promotor Público, nos municípios de Mata Grande, Porto de Pedras, Maragogi, Arapiraca, Atalaia e em Maceió, onde encerrou sua brilhante carreira.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o jornalista, advogado e professor Joarez Ferreira, criança humilde nascida no interior do meu Estado, construiu uma vida que orgulha os seus conterrâneos. Em todos os recantos por onde passou, deixou as marcas de seu caráter retilíneo, sua coragem e lealdade, sua vasta cultura e um exemplo de homem público.

Com meio século de vida, quem o perdeu não foram somente suas dedicadas esposa e filha, mas todos os alagoanos que sempre contaram com sua amizade e tantos outros anônimos beneficiados com sua ação na imprensa, na cátedra e na justiça.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, invariavelmente o Estado de Rondônia ocupa as manchetes da grande imprensa ou as luzes das câmeras dos telejornais, com tristes e deprimentes fatos como o massacre de Córumbiara, a devastação das florestas tropicais, a violência dos garimpos, o desrespeito às comunidades indígenas, o tráfico de drogas, a prostituição infantil. Desta feita, quando se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente - 5 de junho - tenho o orgulho de trazer ao conhecimento desta Casa o trabalho meritório que o Governo do Estado, somando-se ao IBAMA, às Prefeituras, às comunidades interiorizadas e aos abnegados pesquisadores, vem fazendo, no

vale do rio Guaporé, em favor da preservação dos quelônios (tartarugas e tracajás) dos rios Amazônicos.

Surgidos há mais de 300 milhões de anos, durante a Era dos Répteis, os quelônios - nome genérico dado às tartarugas, tracajás cágados e jabutis - são os vertebrados mais antigos existentes.

Contemporâneos dos dinossauros, resistiram às intensas alterações climáticas sofridas pelo planeta, chegando aos dias de hoje. Através de adaptações evolutivas, dividiram-se em várias espécies, distribuindo-se amplamente pela Terra e ocupando diferentes habitats. Entre as sete espécies de tartarugas de água doce, do gênero *Podocnemis*, seis ocorrem exclusivamente na América do Sul, sendo encontradas nas Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, onde foram abundantemente distribuídas.

A tartaruga e seus ovos sempre representaram forte componente cultural nas comunidades indígenas e, posteriormente, entre os caboclos da região Amazônica. Saborosa e rica em proteínas, sua carne era largamente utilizada na alimentação. Os ovos, ricos em gordura, além de consumidos, eram utilizados no preparo de manteiga e óleo combustível. Outros subprodutos, como a pele e a carapaça, são utilizados na confecção de utensílios, como algibeiras, tamborins, bacias e instrumentos agrícolas.

Com o aumento da ocupação humana, algumas espécies de quelônios tiveram suas populações ameaçadas, devido à intensa caça predatória e à coleta maciça dos ovos, bastante acentuada nos últimos 100 anos.

Apesar das disposições da Lei de Proteção à Fauna, de 03 de janeiro de 1967, que proíbe a livre captura de animais silvestres, as populações de algumas espécies de quelônios continuam sendo alvo da caça indiscriminada. O comércio ilegal campeia livre. No rio Guaporé, que tem suas nascentes em Mato Grosso e faz divisa do Brasil com a Bolívia, no Estado de Rondônia, as espécies *Podocnemis expansa* (tartaruga-da-Amazônia) e *Podocnemis unifilis* (tracajás) tiveram suas populações sensivelmente afetadas.

Percebendo a gravidade do problema o Governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Colonização-Seac, iniciou as atividades de proteção a esses animais. Algumas praias ao longo das margens do rio Guaporé, no município de Costa Marques, passaram a ser fiscalizadas a partir de 1975.

Naquela oportunidade, era Secretário de Agricultura-Seac - o Engenheiro Agrônomo Edgard de

Souza Cordeiro, que em relatório da época, assim se expressava: "...tive oportunidade de ver, na margem boliviana do rio Guaporé, "montarias" (pequenas canoas) cheias de ovos de quelônios, colocados ao sol e quando atingiam o máximo de temperatura, eram pisoteados para que a gordura flutuasse, sendo então coletada para uso culinário e até para iluminação"..

Além disso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, informava o Dr. Edgard Cordeiro, que nas praias brasileiras milhares de quelônios eram "virados" (capturados) nas praias e seguiam para Porto Velho, em vagões da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e, daí, para Manaus, ou consumidas em Porto Velho. No rio Madeira, a destruição não era menor, conforme observado pelo Secretário de Agricultura da época especialmente na praia do Tamanduá, à jusante da cidade de Porto Velho. No início do século, o seringalista Balbino Maciel levava batelões carregados com barricas com água cheias de tartaruguinhas, que eram jogadas em cada curva do rio, para o repovoamento. Era um tímido esforço que se iniciava pela preservação de tartarugas e tracajás.

A primeira ação objetivando a instalação de um projeto de preservação das tartarugas e tracajás, em julho de 1975, foi tarefa do Dr. Edgard Cordeiro. As melhores praias a serem trabalhadas foram selecionadas, e nelas construídos berçários para as tartarugas e tracajás, na então Vila de Costa Marques. Em julho de 1976, tudo foi preparado para a desova a iniciar-se em fins daquele mês e a partir de agosto. Em cada praia selecionada, dois vigias, um de dia e outro à noite, impediam o massacre das tartarugas e a coleta dos ovos.

No princípio da campanha, o abnegado engenheiro contava com minguados recursos e muita incompreensão de parte da população local. Não obstante, a Seagr - então Seac - passou a contar com o apoio de uma lancha voadeira, fornecida pelo IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Certa feita, conta o Dr. Edgard Cordeiro, foi insultado por políticos, em campanha eleitoral. Diziam eles que o Governo deveria se preocupar com a construção de "berçários" para crianças e não desperdiçar recursos com "berçários" para tartarugas e tracajás! Mal sabia o político que o "berçário" era um tanque de alvenaria com 8 metros x 8 metros e compartimentos de 4 metros x 4 metros, destinados a abrigar e proteger tartaruguinhas de diferentes idades

Um fato digno de nota, e cuja importância faço questão de ressaltar é a continuidade do Projeto de preservação dos quelônios do rio Guaporé. Este,

como se viu, nasceu modestamente, mas contou com a obstinada determinação, e com pertinácia surpreendente de pesquisadores, técnicos de campo, e administradores. O atual Projeto Quelônio da Amazônia já conta com 21 anos de maturação.

Algumas praias situadas ao longo das margens do rio passaram a ser fiscalizadas a partir de 1976. Já em 1979, o Governo Federal implantou um programa de proteção aos quelônios que, a partir de 1990, vem sendo coordenado pelo Centro Nacional dos Quelônios da Amazônia (Cenaqua), órgão subordinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Co-executado pelo Cenaqua/Ibama/Seagr, o Projeto Quelônios da Amazônia (PQA), em Rondônia, protege ao longo do rio Guaporé, as praias dos municípios de Costa Marques e Pimenteiras, área de reprodução das tartarugas e tracajás. Em Costa Marques, que nesta temporada completa 21 anos de atividades ali desenvolvidas, o PQA recebe apoio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e da comunidade local. Com o objetivo final de garantir o equilíbrio das populações de tartarugas e tracajás em seu habitat do rio Guaporé, o PQA desenvolve em Costa Marques atividades de proteção e manejo de fêmeas e filhotes, no período de reprodução além de executar, pesquisas e programas de desenvolvimento de técnicas para a exploração racional e a educação ambiental.

As atividades de proteção e manejo são desenvolvidas entre os meses de julho e dezembro, quando o fenômeno da vazante do Guaporé deixa expostas as praias de suas margens.

Fixando-se em lugares estratégicos, as equipes do PQA acompanham o processo produtivo dos animais, protegendo as fêmeas durante a desova e nascimento dos filhotes. A desova ocorre sempre à noite e, a cada manhã, as equipes do PQA identificam os ninhos, passando a protegê-los dos predadores naturais e da interferência humana. Os ninhos situados em locais de risco são cuidadosamente remanejados para as praias protegidas. Os filhotes nascem entre 50 e 60 a contar da desova e, após serem marcados, são liberados no rio Guaporé, em locais seguros.

O PQA, nestes 20 anos de trabalho, protegeu em Costa Marques mais de 27 mil ninhos de tartarugas e tracajás e devolveu à natureza quase 850 mil filhotes das duas espécies. Esses resultados garantiram a sobrevivência dos quelônios do rio Guaporé e colaboraram para retirá-los da lista de animais ameaçados de extinção. As pesquisas em desenvol-

vimento estudam os aspectos do comportamento reprodutivo e alimentar, do tamanho e da distribuição das populações, mediante de observações levadas a cabo na natureza e em cativeiro, assim como da marcação e biometria das fêmeas e filhotes, para posterior monitoramento. Nos últimos três anos, foram identificados mais de 200 mil fêmeas e cerca de 250 mil filhotes.

A tartaruga é o maior quelônio da América do Sul, chegando a medir mais de 80 centímetros e a pesar até 60 quilos. O crescimento, locomoção e acasalamento do *Podocnemis expansa*, depende do ambiente aquático. A tartaruga sai da água por algumas horas para se aquecer ao sol e desovar nas areias das praias. Suas covas (ou ninhos) chegam a ter quase um metro de profundidade. Nelas são depositados cerca de 90 a 100 ovos, em média. Estima-se em dez anos a idade em que se inicia a reprodução. O macho, bem menor que a fêmea, não ultrapassa 40 centímetros de comprimento. Muitos exigentes para desovar, as tartarugas escolhem praias tranquilas de areia grossa e limpa.

O tracajá, por outro lado, é a espécie mais populosa entre os quelônios do rio Guaporé. Os adultos chegam a atingir 40 centímetros de comprimento e a pesar dez quilos. Assim como a tartaruga, são totalmente dependentes do ambiente aquático, mas, durante o verão, permanecem várias horas sobre troncos e vegetação nas margens do rio, aquecendo-se ao sol. Suas covas têm 20 centímetros de profundidade. Nelas são depositados em média 20 ovos. Menos exigentes que as tartarugas, os tracajás desovam até mesmo em barrancos das margens do rio.

As duas espécies, como os demais quelônios, apresentam respiração pulmonar e conseguem manter-se submersas por longos períodos de tempo, graças ao baixo metabolismo, típico dos animais de sangue frio.

Os quelônios alimentam-se de frutas e sementes, além de folhas e pequenos animais aquáticos. São ovíparos, ou seja, reproduzem-se através de ovos, que são depositados na areia e aquecidos ao calor do sol. Ao nascerem, os filhotes escavam a areia até chegar à superfície, e dirigem-se diretamente para água. A seleção natural é muito rigorosa pois são muitos os predadores que atacam estes quelônios, principalmente os filhotes. Vítimas de piranhas, traíras, pirararas e outras espécies de peixes, além de jacarés e aves, estima-se que, de cada mil filhotes que nascem, um ou dois apenas atingem a idade reprodutiva.

Os estudos para o desenvolvimento de tecnologia própria para manejo em cativeiro, que possibilite a exploração em escala comercial destas espécies tão apreciadas, vêm sendo feitos mediante a manutenção de filhotes em tanques nas instalações do projeto. Esta é uma questão fundamental para garantir a proteção dos animais na natureza. O PQA em Costa Marques conduz ainda um programa de educação ambiental, constante de atividades desenvolvidas durante todo o ano.

Objetivando conscientizar a comunidade a respeito da importância da conservação dos quelônios, de outras espécies e do próprio ecossistema como um todo, o referido programa atinge a toda comunidade. Aberto a visitação pública, o PQA de Costa Marques possui um Museu de História Natural (Museu Chelonia), com exemplares e informações da fauna local. No clube da tartaruga, são apresentadas palestras, sessões de vídeo e slides. Nele são também desenvolvidas atividades educativo-recreativas com crianças e jovens. A grande atração é o berçário, ou seja, o conjunto de tanques onde se podem ser vistos de perto, filhotes de tartarugas, de tracajás e de outras espécies de quelônios da região. Os estudantes locais são envolvidos em estágios e em programas de atividades a eles destinados.

Na atividade de educação ambiental, os pescadores são abordados no rio e recebem orientação quanto aos locais e modo adequado de pesca. A troca de informações é fundamental para os trabalhos. Busca-se envolver a comunidade por meio de campanhas como a da remoção de lixo do porto e das praias. O apoio às associações, como o Centro Cultural e Esportivo de Costa Marques, aproxima o projeto da comunidade e potencializa os resultados do programa de preservação dos quelônios, em Rondônia.

O Projeto Quelônios da Amazônia tem uma outra base de atuação no município de Pimenteiras, que está localizada a 750 quilômetros de Porto Velho, no denominado "Cone Sul" do Estado de Rondônia e também às margens do rio Guaporé. O projeto tem como objetivos:

a) Restabelecer as populações das espécies regionais, *Podocnemis expansa* (Tartaruga-da-Amazônia) e *Podocnemis unifilis* (tracajás);

b) Estabelecer técnicas para a exploração através da criação em cativeiro;

c) Conhecer suas biologias e ecologia.

O que torna importante a atividade de Pimenteiras é a atividade de pesquisa biológica. Já estão superadas as primeiras etapas, com estudos iniciados sobre a embriologia e morfologia interna, cujos

resultados preliminares foram apresentados no International Congress of Chelonian Conservation, realizado em Gonfaron, na França, em julho de 1995.

A unidade de Pimenteiras executa, também, a criação em cativeiro, ainda em fase experimental. Os filhotes são mantidos em quatro tanques de alvenaria, construídos na sede do IBAMA, distribuídos de acordo com a produção dos anos de 1992 a 1995, objetivando estudos para o desenvolvimento de tecnologia própria de manejo em cativeiro, além da ração ideal que possibilite a exploração de quelônios em escala comercial.

A atividade de educação ambiental está contida nas atividades do PQA, em Pimenteiras. Busca conciliar os costumes das comunidades ribeirinhas com a filosofia dos trabalhos de Proteção e Manejo afim de recuperar os estoques de quelônios na natureza, visto que, até então, a espécie figurava oficialmente na lista dos animais ameaçados de extinção.

É de relevante importância citar os pesquisadores compromissados com o Projeto Quelônios da Amazônia, em Costa Marques e Pimenteiras. As médicas veterinárias Maria de Fátima Gomes e Souza Soares e Luísa Juliana Silveira Lopes, assim como a bióloga Maria Elisa Monteiro Silveira, atuam em Costa Marques. A bióloga Marília Moreira Afonso Pistone, atua como executora do PQA em Pimenteiras.

As pesquisadoras Maria de Fátima Gomes e Souza Soares e Marília Moreira Afonso Pistone, em julho de 1995, em Gonfaron, na França, participaram do International Congress of Chelonian Conservation, tendo então apresentado o trabalho "Conservação e Manejo de *Podocnemis* no Rio Guaporé, Rondônia, Brasil", que descreve a metodologia utilizada para a preservação da tartaruga e do tracajá. O congresso reuniu pesquisadores de todo o mundo, e estas espécies ainda pouco conhecidas, são consideradas muito importantes no contexto amazônico, além de despertarem enorme curiosidade científica. Tenho a convicção, Senhor Presidente, que ao fazer o relato dos trabalhos conjuntos de pesquisadores das comunidades interiorizadas na porção ribeirinha do vale do rio Guaporé, estou redimindo, ainda que parcialmente, a imagem de Rondônia, a todo momento desfigurada, já, que apresentada como a de um Estado vilão. Mas Rondônia, hoje, encontra-se muito avançado na questão ambiental. É o único Estado que já exercita o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, dele fazendo o seu instrumento de desenvolvimento e de disciplinamento, quer da utilização dos recursos naturais, quer de suas áreas rurais disponíveis.

Quero ainda, Sr. Presidente, discorrer um pouco sobre as enormes dificuldades que se antepõem à condução de projetos como o PQA. Em primeiro lugar, a de ser referida a extrema dedicação, posta à prova pelos componentes da equipe de pesquisadores (médicos veterinários, biólogos, técnicos de nível médio); operadores de embarcações; cozinheiros etc, os quais, mais de que o zelo por um empreendimento científico, revelam o ardor de verdadeiros apóstolos da causa ecológica. Com efeito, todos eles permanecem entre cinco e seis meses no isolamento das barrancas e praias dos rios. As próprias comunidades que oferecem apoio ao PQA de Costa Marques e Pimenteiras, não passam de pequenas comunidades com população escassa e destituídas de serviços básicos e de condições de conforto essenciais.

A rigidez burocrática com que é administrado o PQA, obriga os executores e o corpo técnico a extremarem suas cotas de boa vontade. Frequentemente os trabalhos técnicos são obstados quando algum técnico precisa viajar a Porto Velho para desempenhar essa ou aquela engrenagem administrativa entregue a pessoas que não têm a mínima sensibilidade, ou entendimento do alcance do trabalho que aqueles cidadãos desprendidos estão a fazer em benefício da coletividade e do futuro que a aguarda.

Concluindo, Sr. Presidente, permito-me lembrar uma passagem do texto de Gro Harlem Brundtland no documento "Nosso Futuro Comum": "...o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que este não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão de ser feitas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável depende do desempenho político". Rondônia, ao iniciar em 1975/76 o projeto de preservação dos quelônios da Amazônia, e, mais recentemente, depois de ter transformado em lei estadual o Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, fez uma clara opção política pela qual busca garantir que seu processo de desenvolvimento atenda às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também atenderem às suas.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ausente de Brasília, por alguns dias, só agora soube do falecimen-

to, em Cuiabá, Mato Grosso, do ex-Senador Gastão Muller, meu inesquecível amigo e companheiro de bancada, tendo exercido, inclusive, uma das vice-lideranças do PMDB, quando fui líder de meu partido, no Senado, de 1982 a 1985.

Nascido em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, fez o Curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, revelando, desde cedo, uma genuína vocação política, aliás, fiel a tradição de sua família que sempre atuou, com destaque, na vida política de Mato Grosso, a exemplo do ex-Senador Felinto Muller, que tanto se destacou, durante longo passado, no cenário político nacional.

Suplente de Deputado Federal, em 1966, assumiu o mandato em 1969. Em 1970 foi eleito Deputado Federal para mais um mandato. Na Câmara foi membro das Comissões de Serviço Público, de Educação e Cultura e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, na qual se elegeu 1º Vice-Presidente. Atuou, também, como membro efetivo da Comissão Mista de Orçamento.

Em 1962 foi eleito Suplente de Senador e, em 1963 e 1965, exerceu a Senatória durante afastamento do titular. Em 1978 foi eleito, indiretamente, Senador. No Senado foi 4º Secretário da Mesa Diretora (1979/1980) e, no biênio 1981/1982 exerceu a 1ª Vice-Presidência, como membro titular, da Comissão de Educação e Cultura. Membro efetivo das Comissões de Municípios, Serviço Público Civil e Transportes, Comunicações e Obras Públicas. Em 1983-1989 atuou também nas Comissões do Direito Federal e de Segurança Nacional.

Nas suas atividades administrativas, exerceu importantes cargos, particularmente, na área da educação, onde atuou sobretudo como professor, tanto assim que, entre os seus trabalhos publicados avultam, por exemplo, *"Tese para o Concurso de Professor Catedrático de História Geral"*; *"Educação e Cultura - Estratégias para o Decênio 1978 - 1988"*, trabalho elaborado como estagiário da Escola Superior de Guerra; *"Tese para o Concurso de Professor Catedrático da Cadeira de História do Brasil"* (1980).

Com várias viagens ao exterior, em missões oficiais do Senado e do seu Estado, o ex-Senador Gastão Muller recebeu, também, várias condecorações como a Medalha do Senado Federal, comemorativa dos 150 anos da Independência do Brasil, Medalha do Congresso Nacional, comemorativa dos 150 anos de instalação do Poder Legislativo no Brasil, Medalha de Grande Oficial do Congresso Nacional e Ordem do Mérito Legislativo de Mato Grosso.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o ex-Senador Gastão Muller era um homem afável, amigo dos seus amigos, com uma conduta firme e correta na vida pública, onde se destacou pela sua lealdade e pela sua sensibilidade política. Como líder do PMDB no Senado, sempre contei com ele, na qualidade de um dos meus vice-líderes, sendo um dos principais articuladores de nossa bancada.

Parlamentar assíduo e trabalhador, Gastão Muller atuou sempre, com entusiasmo e espírito público, em plenário e nas comissões técnicas do Senado, preocupando-se seriamente com a solução dos problemas nacionais e, particularmente, do seu Estado, Mato Grosso, sendo frequente a sua presença na tribuna parlamentar, para defender as reivindicações dos matogrossenses.

Não conseguindo reeleger-se Senador, Gastão Muller, depois de passar uns tempos em Brasília, voltou a residir em Cuiabá, Mato Grosso, acompanhando sempre, com atenção, o desdobramento da situação política e administrativa do seu Estado e do País. A falta que nos fez na vida política e partidária foi muito grande. Os seus amigos, admiradores e companheiros de PMDB, sobretudo, sempre o lembraram pelas suas atitudes de perfeito homem de bem, tanto na vida privada como na vida pública.

O ex-Senador Gastão Muller deixou viúva Dona Maria da Glória de Moura Muller, a quem transmito desta tribuna extensivo aos demais familiares, o mais profundo pesar e a grande saudade dos seus amigos, companheiros e admiradores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1995 (nº 186/95, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, em Brasília, em 10 de abril de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 1996, da Comissão

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Em virtude de adiamento, nos termos dos Requerimentos nºs 347 e 449, de 1996)

- 2 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 4, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, que regulamenta o § 3º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão, tendo

Pareceres sob nºs 440 e 885, de 1995, e 38, de 1996, da Comissão

- de **Assuntos Econômicos**: 1ª *pronunciamento*: favorável ao Projeto; 2ª *pronunciamento*: pela aprovação parcial da emenda nº 1, de Plenário; e 3ª *pronunciamento*: contrário às modificações propostas nos arts. 3º, 4º, 8º e 9º da emenda nº 1, de Plenário.

(Em virtude de adiamento, nos termos dos Requerimentos nºs 221 e 389, de 1996)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h20min.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA,

Criada através do Requerimento nº 518, de 1995-SF, destinada a "estudar a Reforma Político-Partidária".

1ª Reunião de 1996, realizada em 14 de maio de 1996.

Às Dez Horas e quarenta e cinco minutos dos quatorze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e seis, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena (Presidente), José Roberto Arruda (Vice-Presidente), Eduardo Suplicy, Francelino Pereira, Antonio Carlos Valadares, Edison Lobão, José Eduardo Dutra e ainda, os Senhores Senadores Flaviano Melo, Nabor Júnior, Ronaldo Cunha Lima e Benedita da Silva, reúne-se a Comissão Temporária Interna destinada a "Estudar a Reforma Político-Partidária" com o objetivo de ouvir a explanação do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, Prof. Cristóvam Buarque. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Humberto Lucena, declara

abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e convida o Senhor Senador José Roberto Arruda e o Senhor Senador Edison Lobão para tomarem assento à Mesa como Vice-Presidente e Relator, respectivamente, sendo que, este último, em substituição ao Senador Sérgio Machado. Em seguida, Sua Excelência passa a palavra ao Senhor Governador Cristóvam Buarque para iniciar sua exposição. O Governador faz sua explanação com base nos itens referentes às matérias constitucionais e infraconstitucionais constantes da Pauta dos trabalhos da Comissão. A seguir, o Senhor Senador Edison Lobão, Relator eventual da Comissão, tece algumas considerações a respeito da exposição do Governador Cristóvam. A Presidência passa, então, a palavra ao Senhor Senador José Roberto Arruda, Vice-Presidente, e, em seguida, aos Senhores Senadores Francelino Pereira, José Eduardo Dutra, Ronaldo Cunha Lima e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, a Presidência, após agradecer a presença de todos e em especial ao Senhor Governador, encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Vicino, Secretária eventual da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Reforma Político-Partidária. É uma comissão temporária, de caráter especial, como todos sabem, destinada a ouvir, por meio de audiências públicas, personalidades na vida pública e representações de outros segmentos da sociedade brasileira, sobretudo, das entidades da sociedade civil, com vistas à formulação de proposições referentes à reforma político-partidária de iniciativa do Congresso Nacional.

A Câmara dos Deputados possui uma comissão idêntica, cujo Relator é o Deputado João Almeida, que possivelmente dentro de poucos dias estará aqui conosco.

Hoje temos a satisfação de termos como convidado o Governador de Brasília, Cristóvam Buarque, uma das personalidades de grande repercussão na vida não apenas do Distrito Federal mas também de todo o País. É uma biografia conhecida, uma vocação política definida. S. Exª fez questão de dar a sua contribuição, comparecendo aqui, a exemplo do que têm feito Governadores de outros Partidos, para trazer os seus subsídios ao debate da reforma política, de forma a que o Relator possa, dentro de pouco tempo, apresentar o seu parecer, o seu voto final à comissão.

Convido o Senador José Roberto Arruda para tomar assento à Mesa como Vice-Presidente da Comissão. Comunico que, em virtude de o Relator titular, Senador Sérgio Machado, estar atendendo a outra missão no Senado Federal, está presente o seu representante, Senador Edison Lobão.

Também registro a presença do Senador Ronaldo Cunha Lima, na condição de Vice-Líder, representando o Líder Jader Barbalho, do PMDB.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores: do Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra; da Senadora Bendita da Silva; e do Senador Nabor Júnior.

Enquanto aguardamos os demais Senadores, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Governador Cristóvam Buarque, para a sua exposição inicial.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Inicialmente, quero dizer da minha satisfação de estar nesta Casa, falando de um tema candente e fundamental para o futuro do nosso País. Quero expressar a minha satisfação especial de estar aqui convidado pelo Senador Humberto Lucena, figura que conheço de longa data, desde as lutas pela democratização no Brasil. Convivi com S. Ex^a no tempo do Marcos Freire e de todos aqueles que iniciaram a caminhada pela redemocratização.

Recebi uma lista de trinta e seis pontos. Vou responder, dando a minha posição, um por um desses pontos. Espero que isso não tome muito tempo.

Para mim, uma reforma partidária tem, inicialmente, um objetivo, que é o que está na cabeça de muitas pessoas neste País. Há, porém, um objetivo adicional e eu apresento mais dois. O objetivo central que muitas pessoas pensam quando falam em reforma partidária é criar um sistema mais limpo de eleição; eliminar as possibilidades de manipulação, de corrupção, de todo o tipo de quebra do sistema político do ponto de vista ético.

Mas há um outro, que, creio, é o mais importante neste momento no Brasil. Além da ética no comportamento da política, é importante também a consolidação da democracia. Como vamos consolidar uma democracia, se não há uma política partidária sintonizada com o objetivo da consolidação da democracia?

Acrescento dois objetivos. O primeiro deles é o problema de como ter uma estrutura político-partidária que permita uma reorientação das prioridades do uso do Poder Público em benefício da população brasileira. Conforme tenhamos uma estrutura partidária, é possível o Congresso Nacional agir mais ou menos nessa direção.

Finalmente, o quarto ponto: o objetivo de uma reforma político-partidária - e, se não fizer a reforma, pode não estar ajudando, ou se realizá-la, pode estar atrapalhando - é ajudar que a Casa onde estes partidos estão representados, que é o Congresso, seja um centro de pensamento das idéias de nação para o Brasil, da concepção de futuro de nação para o Brasil. Ou seja, trata-se um objetivo que eu não me encabulo de chamar, apesar de alguns dizerem que caiu de moda, de objetivo ideológico. Não é ideológico no sentido dos preconceitos e das escolas de idéias do passado, ainda que algumas sobrevivam. É ideológico no sentido de visão de mundo, visão de país, visão de mundo, para dar um exemplo, na ideologia de Juscelino Kubitschek. Era uma ideologia, uma idéia, uma proposta de país. Não eram apenas medidas.

Há quatro pontos, eu vejo, em que precisamos trabalhar na idéia de uma reforma partidária: a lisura do processo político, a busca da consolidação da democracia, a intenção de uma reorientação nas prioridades do setor público e, finalmente, a construção de uma idéia diferente de país, uma idéia de nação, uma nação que está nascendo.

Por isso, embora possa incomodar alguns, creio que no Brasil todo Congresso é um pouco constituinte, não no sentido de mudar a Constituição, pois acho que deve mudar o mínimo possível, mas no sentido de reconstituir os destinos nacionais.

Confesso que - sei que muitos brigam por isso - não entendo, em nenhum lugar e muito menos num país como o Brasil, a idéia de cláusula pétrea. Não entendo essa camisa-de-força numa sociedade em mutação, em profunda mutação, ainda que seja correta do ponto de vista da defesa de alguns valores e princípios que foram conquistados na Constituição de 1988.

O que impede que consigamos um Congresso que tenha lisura, busque a consolidação da democracia e pretenda a reorientação das prioridades e, ao mesmo tempo, a formação de uma idéia de nação? Eu acho que, em primeiro lugar, uma sociedade elitizada, de *apartheid* social, que divide a população entre o povão e o povo. Esse é o primeiro ponto que, a meu ver, dificulta o trabalho do Congresso e o trabalho dos Partidos. Os Partidos representam o povo. E o povão está fora dos Partidos. E eu não excluo nenhum Partido desse processo.

Isso não existe em muitos lugares. Para os senhores terem uma idéia, a palavra "povão" só existe no português brasileiro. Que eu saiba, nem em Portugal existe esse conceito. Nenhum idioma, pelo me-

nos dos poucos que conheço, tem duas palavras para dizer povo. Só existe uma palavra. Povo é uma unidade.

É claro que no Brasil a situação é mais grave. Não é só povo que precisa de duas palavras para definir-se. Criança também. Aqui é o único lugar onde se define criança como criança, como menor, como pivete, como trombadinha, como menino de rua, como menino na rua. Isso mostra que o Brasil tem uma sociedade partida. E o Congresso só tem representado uma parte desse povo.

Certa vez, ouvi de Maurílio Ferreira Lima, meu grande amigo, pernambucano, que estava no Plenário da Câmara quando terminaram de votar algo e houve um grande aplauso nas galerias. Outro Deputado chegou até ele e disse: "Maurílio, para essas pessoas aplaudir-nos assim" - desculpem a palavra - "alguma sacanagem fizemos com o povão lá fora, porque trabalhamos para os que conseguem entrar aqui".

Entendo que esse elitismo de uma sociedade de **apartheid** social é o primeiro entrave ao bom funcionamento dos Partidos. O segundo é que todos nós estamos prisioneiros de uma concepção de sociedade que vem do passado: o desenvolvimento econômico como objetivo, a idéia de o conceito de riqueza ser o aumento do produto e não uma outra coisa - não me atrevo a dizer qual é.

Toda vez que o Produto Interno Bruto cresce dá manchete. Eu nunca vi uma manchete anunciar que houve diminuição do analfabetismo. Nunca vi aparecer uma manchete nos jornais porque aumentou a escolaridade, porque esse não tem sido o objetivo central. Se o PIB aumentar, dá manchete. Se diminuir, também. A inflação, se aumentar ou diminuir, dá manchete, porque nós trabalhamos num conceito social preso da idéia de que o objetivo central da sociedade é a economia. E numa sociedade - essa é a segunda coisa que atrapalha - a cabeça de todos nós políticos está concentrada na ideologia do crescimento econômico, até do desenvolvimento econômico, mas não de um bem-estar mais amplo do que esse.

O terceiro entrave, depois do elitismo da sociedade e depois dessa visão antiga de um projeto nacional, preso ao desenvolvimentismo apenas, é o corporativismo, forma pela qual a maioria de nós políticos se elege hoje em dia. A grande maioria dos políticos hoje não se elege a partir de uma visão de corte geral da sociedade, mas de corte vertical de categorias. Os parlamentares de tal grupo, dos latifundiários, os parlamentares da polícia, os parla-

mentares dos professores, os parlamentares dos grupos.

Penso que são essas três coisas, ou seja, o elitismo, a falta de um projeto nacional ou a visão de um projeto antigo, que está desconsiderado, e o corporativismo, que dificultam aqueles quatro objetivos: lisura, consolidação da democracia, reorientação das prioridades e construção de um projeto nacional.

Com esta ideologia, vou responder as 36 perguntas.

A primeira colocação - e vou responder o mais rápido possível - é sobre a coincidência de posse de cargos executivos. Penso que a posse coincidente dos Poderes Executivo e Legislativo é correta: Presidente e Congresso, Governador e Câmara Legislativa, os Vereadores e os Prefeitos. Isso tem que ser coincidente, mas não vejo por que ser coincidente tudo ao mesmo tempo, como Governador e Prefeito, Prefeito e Presidente, Presidente e Vereador. Creio que é fundamental a coincidência entre cada Poder Executivo, nos três níveis, e seu Poder Legislativo.

Dessa maneira, o melhor também são o Presidente e os Governadores coincidentes. Portanto, a melhor maneira que acho é a que está hoje: o Presidente, o Congresso, os Governadores e as Assembléias Legislativas juntos. O Prefeito e Câmara dos Vereadores têm que ser coincidentes, mas não precisam ser coincidentes com os outros.

Se todos vão ser coincidentes ou não, não creio que seja grave, mas também não penso que seja necessária essa coincidência, até por que penso que mudar isso implicaria em aumentar mandato de pessoas que foram eleitas para quatro, e ficam seis, no caso de alguns prefeitos.

O problema vai ocorrer de uma tradição pela qual o Presidente deveria ter um mandato de cinco anos, um prazo superior a quatro anos, que é pequeno, na verdade. Creio que temos que lembrar de uma tradição, pois sem tradições não conseguimos consolidar a democracia.

Nesse sentido, vejo duas alternativas: ou o Presidente não coincide plenamente com a Câmara, como sempre foi no Brasil, ou se amplia o prazo de mandato de Deputados para cinco anos. Não há nada que fixe em quatro. Devo lembrar que os Estados Unidos resolveram de uma maneira mais simples, mas que no Brasil seria muito custosa: o Presidente tem quatro anos e o Deputado dois, sendo reeleitos, no meio tempo do Presidente, uma nova Câmara e um novo Senado, embora o Senador com seis anos.

Portanto, se mudarmos para cinco anos, teremos uma gama de ganhos, a meu ver, o mandato de Presidente, do ponto de vista do Executivo. Tem essa perda da coincidência. Mas pode ser até um bom susto no Presidente, no último ano do seu mandato, eleger uma Câmara que não dê maioria a ele, ou pode ser um grande respaldo, no último ano do seu mandato, eleger uma Câmara que lhe dê sustentação, confirmando seu tempo.

Prefiro manter como está, as coincidências ao nível que é hoje e não tudo coincidindo num momento só.

Segundo ponto é a coincidência ou não das eleições federais, estaduais e municipais, que já respondi.

Terceiro, a duração do mandato do Presidente. Tenho a impressão que a tradição seria o melhor: cinco anos para o Presidente. Pessoalmente, entendendo que não faz parte da tradição brasileira a reeleição do Poder Executivo. Com quatro anos, de fato é pouco, mas, com cinco anos, não precisa reeleger o Poder Executivo - nem Prefeito, nem Governador, nem Presidente.

Pelo menos, no caso do Brasil, tem algo melhor que no caso de outros países como o México, em que você não pode ser reeleito nunca. Aqui pelo menos pode voltar a ser eleito, depois de um intervalo de tempo.

Não faz parte, mas vou dizer uma coisa que é uma provocação muito grande, sobretudo nesta Casa. Mas, como professor, escrevi certas coisas que estão registradas, não adianta querer escondê-las.

Tenho defendido, até para essa quebra do corporativismo e para dar uma dinâmica diferente à sociedade brasileira na sua política partidária, que mesmo os parlamentares não podem ser reeleitos muitas vezes, medida que não tem nada de muito novo.

Nos Estados Unidos, diversos Estados aprovaram isso, estão permitindo que um deputado tenha apenas três mandatos de dois anos cada. No México, a pessoa só pode ser eleita uma vez ao cargo, o que acho um exagero brutal.

O SR. (Não identificado.) — (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE — Exatamente, nisso não vejo problema. Defendo, por exemplo, que um parlamentar pode ser reeleito uma vez, após o que deve fazer uma interrupção - vai ser deputado estadual, vereador, prefeito, senador -, para depois se candidatar de novo.

Qual é a desvantagem disso? Quebra-se uma experiência, como ouvi alguém dizendo, mas as experiências servem para os bons e para os maus também. Temos algumas experiências que passaram por esta Casa, de muitos anos, que não foram experiências usadas de acordo com o interesse público; outras o foram, sem dúvida.

Mas acho que o País não perde por essa mudança grande, e quem tem como vocação a política não perde em ficar um tempo fora de um mandato no qual ela termina se viciando e deixa de prestar um serviço como deveria.

Sei que é puro quixotismo essa proposta, nem proponho aqui em termos de algo conseqüente, mas, como estamos num debate livre, não faz mal nenhum propor.

A grande vantagem disso é que faria com que, para a grande maioria das pessoas, a vida pública passasse a ser uma função e não uma profissão. Acho que se teria vantagem.

Vi aqui um deputado do meu Partido, recentemente, dizendo, desesperado, que, se não for reeleito, não tem emprego, porque o que ele sabia na profissão dele - não vou dizer porque se descobriria -, depois de oito anos, não consegue voltar, porque houve uma inovação técnica grande. E ele disse: "Se eu tivesse certeza que depois de oito anos teria que voltar, não teria ficado tão alienado da minha carreira."

Então, em relação à reeleição, minha posição é esta, tanto do ponto de vista de proposta ou não, quanto de simples especulação para que um dia se pense.

Os Estados Unidos estão aprovando, Estado por Estado, essa idéia de evitar a permanência ininterrupta dos parlamentares nos seus cargos, e estão tendo êxito.

Quanto à duração do mandato de senadores, primeiro quero dizer que sou francamente favorável à existência da Casa do Senado. Há muitas pessoas que defendem que seja unicameral, eu não, talvez seja uma deformação de nordestino. Como nordestino, penso que, se não tivermos o mecanismo de uma casa como o Senado, podemos correr o risco de que a maioria proporcional defina projetos que quebrarão a unidade nacional. A meu ver, o Senado é uma casa fundamental. Agora, oito anos de mandato, acho longo demais. Por que não fazer a coincidência de quatro anos ou de seis anos, para fazer uma diferença, já que é uma casa de nível superior.

Fidelidade partidária. Nesse aspecto, sou radical e entendo que se deve, sim, cortar o mandato

daquele que não cumpre a fidelidade partidária. Volto a lembrar que, em tudo que estou respondendo, procuro ser coerente com aqueles quatro objetivos da reforma e com aquelas três dificuldades da reforma. A fidelidade partidária é fundamental, em parte para quebrar o corporativismo, dando força ao partido e não à corporação à qual o deputado pertence, e também para consolidar uma ideologia dentro do partido.

Imunidade parlamentar. É preciso alguma imunidade parlamentar. Não podemos deixar o parlamentar vulnerável, sobretudo - e vivo isso - a outros políticos muito ricos, que podem usar a Justiça a cada minuto, como está acontecendo no Distrito Federal.

Assino cinco ou seis mandados de segurança por dia, da parte de servidores, e respondo a dois ou três processos, todos eles originados de um único deputado distrital, que consegue tomar grande parte do tempo com dois ou três processos por mês, pelos motivos mais esquisitos, como o último, em que me solicitou que comprovasse se o chamei ou não de doido. Isso toma tempo e, se não houver um mínimo de imunidade parlamentar, termina havendo uma dificuldade no trabalho do Deputado. Creio que se deve definir alguns limites nessa imunidade. Confesso que não tenho maiores detalhes para isso.

Número mínimo e máximo de vereadores: Atrevo-me a fazer uma proposta ao nível das simples idéias, das simples provocações, sabendo que jamais serão aceitas no Brasil. Penso que o número mínimo e máximo não é fundamental. Acredito que haja vereadores demais em algumas cidades, assunto que detalharei.

Penso que se deveria transformar as Câmaras de Vereadores em conselhos municipais não-remunerados. Sei que a vereança é o primeiro passo, em geral, de uma carreira política. Se a pessoa não tem tempo, não se dedica, termina por interrompê-la. Não falo por causa dos gastos - que calculo estar em R\$600 milhões por ano - com simples salários de Vereadores, no Brasil; não falo por isso. A democracia não tem preço, e se formos por aí acabaremos por quebrá-la, pois todo preço justifica um sistema democrático que funcione. Do ponto de vista de ser o primeiro passo de uma carreira política, de morar na própria cidade e de não precisar trabalhar, em outras circunstâncias, 24 horas por dia. Gostaria de provocar este debate, até para ficar registrado, mesmo que não tenha consequência prática de mudança na reforma, a idéia de conselhos municipais não-remunerados. Mas, com um cuidado. Para evitar

que só os ricos possam ser vereadores, proponho o seguinte: que todos aqueles vereadores eleitos que comprovem não ter renda ou uma renda muito pequena, o Estado para evitar-se o elitismo de uma Câmara, poderia complementá-la. Isso evitaria que só os que têm emprego pudessem ser vereadores. Isso não é difícil. Se se está discutindo, hoje, aqui, no Senado, a renda mínima para todos os brasileiros, por que não se discutir, também, uma renda mínima para aqueles que fossem conselheiros municipais eleitos pelo povo? Aqueles que tivessem um emprego além de um certo valor manteria o seu trabalho, conseguiria administrar essas duas tarefas. É claro que a câmara deveria se ajustar, porque não poderia nem seria necessário que ficasse reunida todo o tempo, permanentemente. Quantas pessoas prestam grande serviço social em clubes do tipo do **Rotary** e do **Lions**, em associações comunitárias não-remuneradas? Quantos? Milhões de brasileiros gastam suas noites discutindo assistência social, organização política, inclusive os próprios militantes dos Partidos. Se começarmos a remunerar tudo, um dia terá alguém a dizer que todo militante inscrito no Partido deveria ter um salário para ir às reuniões noturnas. Por que não pensarmos na idéia de conselheiros não-remunerados? Eles teriam uma renda mínima garantida, para permitir que os desempregados, ou aos que têm empregos que exigem dedicação total, possam também desempenhar atividade pública.

Quanto à reeleição do Presidente, Governador e Prefeito, já falei.

Em relação à representação por Estado na Câmara não entro em detalhes sobre número mínimo e máximo. Defendo, obviamente, a proporcionalidade. Sendo nordestino - e quero deixar claro que estou fora de meu Pernambuco há muito tempo, mas não consigo deixar de pensar como nordestino, o que é uma qualidade, talvez a única que tenha - reconheço que, durante muito tempo, o Nordeste foi privilegiado do ponto de vista da democracia, do conjunto da sociedade brasileira, tendo representações maiores que a proporção. Nesse ponto, sou um dos poucos que ficam ao lado de São Paulo. Penso que temos de ter o que já foi feito na reforma constitucional: manter a proporcionalidade, absolutamente rígida, e deixar para o Senado a representação em conjunto.

Quanto ao segundo turno para eleição dos Poderes: Considero fundamental o segundo turno. É a única maneira de, num regime presidencialista que tem muitos Partidos como o nosso, termos a possibilidade de um governante obter a maioria dos eleito-

res. Em eleições em que temos 4, 5, 6, 7, 8 e 9, até mais candidatos, em breve alguém poderá ser eleito com 30%. Já ocorreu isso. O Poder Executivo fica nas mãos de alguém que tem a minoria da população. Como não se consegue maioria em um País tão dividido pelos que votam a favor, vão, pelo menos, criar os dois tumos, que é uma maneira de unir as diferenças. As pessoas não têm determinado candidato como primeira escolha, mas até o aceitam como segunda escolha. Penso que uma das grandes conquistas da democracia brasileira foi o segundo turno.

Vice-Presidente: acho fundamental que haja Vice-Presidente até por razões biológicas e para evitar todos os problemas institucionais que surgiriam toda vez que fosse necessário repor alguém que, por morte ou outra razão, deixasse de exercer seu cargo. Acho que poderíamos adotar no Brasil uma prática que, por exemplo, existe nos Estados Unidos: o Vice-Presidente não precisa assumir no dia-a-dia, só o fazendo em caso de morte, de afastamento definitivo ou de doença por algum tempo. Não vejo por que o Presidente da República, na época do fax, da Internet, quando viaja, tem que ser substituído pelo Vice-Presidente. Nos Estados Unidos não existe isso. A capital dos Estados Unidos é onde o Presidente estiver; ele governa de onde está. Não estamos mais no tempo das cruzadas em que o rei sala a cavalo, voltava três anos depois, razão pela qual se precisava de alguém que o substituisse. Hoje, de onde estiver, o Presidente governa o Brasil perfeitamente bem. Se houver uma dessas crises fortes - o nosso País ainda as tem -, não adiantará o Vice-Presidente estar aqui; o Presidente terá que tomar um avião e voltar. Penso, portanto, que não é necessário que o vice-governador, o vice-prefeito, o vice-Presidente assumam nesses intervalos de um, dois ou três dias. Sua existência, no entanto, é necessária para garantir a sucessão em casos de afastamento longo ou em casos de abandono forçado do trabalho por morte.

Votação secreta no Parlamento: permito-me ter duas posições, mas explico bem por quê. Só tenho uma posição, porque estamos falando da democracia. Na democracia - penso - o voto tem que ser aberto: o eleitor tem o direito de saber em que vota cada um dos seus representantes no Congresso. Não estou discutindo aqui um regime ditatorial, até porque se assim fosse, eu não seria convidado e nem estaria havendo esta reunião. É claro que em um regime ditatorial, o mínimo que se pode fazer, naquela quase farsa de um processo parlamentar, é ter o

voto secreto por defesa, ou seja, para evitar a prisão do parlamentar que votar contra a decisão do ditador. Trata-se então de um caso de exceção, então não vou discuti-lo. Em caso de vigência da democracia não tenho a menor dúvida de que o certo é o voto aberto.

Voto facultativo e obrigatório: sou favorável ao voto obrigatório. É um dos poucos pontos em relação ao qual realmente discordo de muita gente de meu Partido. Penso que o voto obrigatório dá cidadania, obriga a uma cidadania, ainda que saibamos que em um País como o Brasil o voto obrigatório em geral tende a ser um voto de cabresto. Mas essa é uma questão de as forças políticas, que são contra o cabresto, conseguirem fazer valer suas teses. Se começarmos por esse lado, acabaremos ficando contra o voto do analfabeto ou então diremos que aceitamos o voto do analfabeto, mas daquele que vota em nós ou daquele analfabeto ilustrado. Não. Se aceito o voto do analfabeto, se aceito o voto das pessoas, se acredito na democracia, sou favorável a que ele seja uma obrigação como o é o serviço militar, mesmo que isso traga revés para muitos partidos progressistas, como é o caso do meu Partido e do Bloco onde sempre atuei.

Voto proporcional - proporcional misto e distrital: no Brasil, o voto distrital elimina a possibilidade da eleição das pessoas que transcendem os grupos. No que se refere às corporações, o voto distrital até ajuda a reduzir sua força. Ao se restringir o voto a uma área, termina-se impedindo que as corporações se juntem em todo o Estado para eleger o deputado dos médicos, por exemplo. Os médicos de cada distrito não conseguiriam eleger nem um. Mas, da mesma forma que devemos lutar contra o corporativismo, devemos lutar pela defesa dos direitos das minorias e se colocamos o voto apenas distrital estas não conseguirão eleger seus representantes. Terminamos por impedir esses votos "de opinião", uma opinião que está espalhada pelo Estado de que não se consegue. Eu acredito que a Câmara dos Deputados terminaria virando uma grande Câmara de Vereadores que representariam cada um dos distritos.

Ao mesmo tempo, a simples proporcionalidade, além de fazer as eleições caras, impede que haja um representante mais preso a sua localidade, como é o caso dos Estados Unidos, da Inglaterra, em que ele representa o seu distrito, a sua comunidade.

Tenho a impressão que o voto proporcional misto com o distrital poderia ser saída. Uma parte dos Deputados são eleitos por todo o Estado, e outra parte representa distritos. Claro que aí os distri-

tos têm que ser bem maiores, porque o número de Deputados é menor, e não vamos aumentar ainda mais o número de Deputados.

Senador vitalício acho que vai contra a tradição brasileira. Penso que não é uma coisa tão equivocada, por exemplo, garantir uma posição no Senado para um ex-presidente da República. Seria uma maneira de não se colocar o presidente da República na lista dos desempregados em busca de empregos, assumindo cargo de lobistas, como já se viu no passado; e o Governo não ficaria financiando salário de ex-Presidente - o que acho que é necessário, porque a dignidade de um País não permite que um ex-presidente fique por aí em busca de emprego. A maneira é colocá-lo para trabalhar. Mas vai contra a tradição brasileira. As experiências de vitaliciedade são do parlamento monárquico. Funciona na Venezuela, em outros lugares, mas acho que para o Brasil não é um problema que deve nos preocupar agora. É melhor evitarmos essa figura que, para nós, seria esdrúxula.

As cláusulas infraconstitucionais.

A cláusula de barreira - sou contra essa cláusula por uma razão e, mais uma vez, vou radicalizar também indo além da questão. Sou contra essa cláusula, porque um País como o Brasil, na crise ideológica em que vive, com falta de idéias claras para o futuro do País, às vezes, um Partido bem pequeno pode ter uma grande idéia para o futuro do País. Então sou contra, apesar de saber que a pulverização dos Partidos dificulta o funcionamento do Congresso, mas nós exigimos um número mínimo de 5% dos Parlamentares para poder ter uma cadeia na Câmara.

Ao mesmo tempo que se ganha em redução de parlamentos, perde-se muito em novas idéias, no potencial de novos Partidos. E por isso eu disse aos senhores que iria radicalizar.

O meu radicalismo é tal que acho que se deveriam permitir eleições sem Partidos. É mais uma das propostas que pode ficar apenas como uma idéia solta, inócua, num debate que visa propostas que deem vazão às necessidades que hoje estão em discussão.

No Brasil, os nossos Partidos - não excluo nenhum - são ainda tão carentes de uma proposta clara para o futuro do Brasil, uma proposta abrangente, não-corporativa, que não vejo por que não permitir que algum cidadão seja eleito sem pertencer a um Partido. Sei que isso complica ainda mais a prática parlamentar.

Do mesmo jeito que eu disse que não se deve analisar o custo da matéria democracia, penso que

também não se deve analisar o custo em complicações para fazer com que as coisas funcionem melhor do ponto de vista da democracia, ainda que pior do ponto de vista de exercício da atividade parlamentar.

Código Eleitoral, normas de processo eleitoral: Confesso que essa não é minha área; acredito que é mais uma questão técnica, jurídica que os senhores estão querendo saber.

Sou favorável às coligações eleitorais para eleições proporcionais. Os Partidos, na verdade, no Brasil, vamos falar francamente, já são uma coligação. Então, por que vamos impedir que cada Partido se coligue com outros? Tem algum Partido - isso é uma qualidade no Brasil de hoje e não um defeito - que possamos dizer que tem uma unidade de ideologia, de proposta, de compromisso? Não tem. Todo Partido hoje é uma coligação. Então, por que não deixar que haja coligação, que se coligue com outros, procurando aproximação?

Além disso, todo Partido hoje é tão diverso, que, às vezes, encontramos alguém mais próximo ideológica e propositivamente da gente em um Partido diverso do nosso próprio Partido. Então, por que não permitir as coligações?

Convenções partidárias - data limite para a sua realização: Acho que é longa demais no Brasil.

Vejam, eu estava hoje ouvindo na rádio que a eleição presidencial na Rússia começa hoje. A eleição é em junho. Aqui dura um ano. Não há quem agüente. Creio que valeria à pena sim deixar as convenções mais próximas da data da eleição e, ao mesmo tempo, ser mais curto o período aberto do processo eleitoral. O povo se cansa do processo eleitoral, de tanto tempo que dura no Brasil.

Não conheço tantas alternativas e não sei se existe alguma, em algum país, onde seja tão longo o processo eleitoral como no Brasil. Não nos dias das eleições. Na Índia é uma semana. Também são 700 milhões de eleitores. Mas aqui não é o dia da eleição. É o período de debates. É muito desgastante.

Financiamento de campanha. Penso que deve ser usado talvez um prazo determinado, mas financiamento de campanha eu acho que temos que procurar controlar através do Estado. Alguns dizem: Mas por que o Estado financiar, por que as pessoas financiarem? Não queremos um processo democrático? Temos que dar o máximo de igualdade e oportunidade.

O horário eleitoral, instalado na ditadura militar, foi uma das grandes conquistas da democracia brasileira. Por mais chato que seja a maior parte dos

programas, considero uma das grandes conquistas da democracia, feita por militares. É algo para que é até preciso chamar a atenção. No caso do regime militar brasileiro, esse lado e outros mais até, algum dia vai se analisar com mais distância os regimes militares do que nós que ainda sofremos, muitos pessoalmente, os problemas. Não conseguimos ainda analisar.

Entre os ativos do regime militar - não estou aqui para discutir isso, mas citaria outros - está o horário eleitoral. Por mais que isso incomode a muita gente, sobretudo o pessoal da ABERT. Mas talvez não seja necessário tanto tempo, se a eleição tiver o custo menor. Então o financiamento da campanha também deve procurar se aproximar disso, que é o horário eleitoral.

Quer coisa que violenta mais do que o horário eleitoral? Mas é uma violência positiva. Então, por que não violentar também o financiamento das campanhas, distribuindo os recursos conforme cotas determinadas democraticamente? E aí não é fácil saber. Por número de deputados? Por eleitores ou por eleição? Não sei qual é. Mas de tal maneira que não haja compra de votos como vemos hoje.

Não há democracia onde não há processo livre de escolha de Parlamentares. Mas não há democracia onde o mercado é o principal veículo de compra de mandatos. E nós sabemos que, no caso do Brasil e outros países, é verdade, ainda se compram muitos mandatos, através de transferência de dinheiro para os eleitores. Há que se acabar com isso. Nem falo do excesso de dinheiro em publicidade, nem falo do excesso de dinheiro em outras atividades de proselitismo. Falo da compra pura, simples e direta do voto dos pobres.

E como eu disse que sou a favor do voto obrigatório, coerentemente defendo o controle nos gastos das campanhas. Mas se não se quer controlar, então pelo menos que seja facultativo. Porque aí, daremos o direito a quem quiser receber dinheiro para votar naquele candidato. E se fizer um dia muito bonito de sol, fica tomando cerveja em casa com os amigos ao invés de ir votar naquele que tentou comprar seu voto.

Ou o voto é obrigatório, com controle dos gastos, ou o voto fica facultativo e deixamos quem quiser gastar o seu dinheiro. Se o cidadão ainda sai de casa para votar é porque alguma sedução o candidato teve. E não só o dinheiro.

Quanto ao horário eleitoral gratuito, eu já disse: pesquisa eleitoral e sua divulgação. A democracia não pode tolher o uso da pesquisa eleitoral. Mas a

postura eleitoral nas vésperas das eleições, nós sabemos que tem o papel de conduzir o eleitor, muitos sabem disso. E muito tempo antes tem o processo de consolidar candidaturas. Não definitivamente, mas ajuda.

Então, o que eu acho que deve ocorrer? Primeiro, há um limite a partir do qual não se pode mais divulgar pesquisas, como em todos os lugares, aliás. Fora os Estados Unidos, se não me engano, que até a última hora faz. Na Itália e na França há um limite. Segundo, as pesquisas dos primeiros meses, dos primeiros tempos, serem controladas do ponto de vista metodológico. Para saber se são ou não pesquisas sérias. Isso já está na lei, mas não tem sido feito com a seriedade devida.

Prazo de domicílio e filiação partidária. Entendo que está bom, o importante é que haja realmente um prazo.

Propaganda e silêncio. Tem que haver um controle desses dois itens. Não dá para continuar com um número infinito de decibéis nas ruas a qualquer hora do dia.

Representação por Estado na Câmara Federal. Aqui pergunta a respeito do número total. Mas não vou entrar em detalhes quanto a esse número. Penso que é preciso ser proporcional, como já está sendo.

Finalmente, a idéia do candidato nato é mais uma que talvez incomode esta Casa, mas sou contra. Por que o Deputado já é candidato nato? Ele já tem toda a chance de ser porque, provavelmente, suas bases vão querer. Mas, não vejo por que ser nato. Daqui a pouco, os Governadores vão querer também o direito a serem candidatos natos à Câmara de Deputados ou a qualquer outro posto, assim como os prefeitos.

Do mesmo jeito que disse aqui que sou contra a idéia de cláusula pétrea, sou contra também o direito natalício a qualquer posição na sociedade; sou contra até mesmo o Senador vitalício, e o candidato nato. A democracia não ganha nada com o candidato nato. Então, para que tê-lo? Vamos deixar que haja mais disputa na escolha dos candidatos.

Essas foram as respostas à pergunta nº 36.

Volto a insistir que não procurei responder às perguntas prisioneiro do presente, nem das circunstâncias, nem mesmo do meu Partido ou de outras concepções, Sr. Presidente. Procurei fazê-lo conforme a minha consciência e dentro de uma preocupação do mais longo prazo do que o dia de hoje com o futuro do País, que passa por esta Casa e, indubitavelmente, pelos partidos que vêm a esta Casa representar os desejos do povo.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço o privilégio de ter falado a V. Ex^{as} nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Congratulando-me com o Governador Cristóvam Buarque pela sua brilhante exposição.

Neste instante, passaremos à fase das interpelelações.

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão para, na qualidade de Relator, fazer as suas considerações.

O SR. RELATOR (Edison Lobão) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governador do Distrito Federal nos traz uma contribuição extremamente valiosa.

Na verdade, oferecemos a S. Ex^a pontos a respeito dos quais S. Ex^a faria sua manifestação.

Creio que, neste momento, como Relator substituto, cabe-me apenas fazer algumas observações e não mais indagações novas, até porque as indagações fundamentais que teríamos a fazer a S. Ex^a já o fizemos por escrito.

Vamos analisar alguns pontos abordados pelo Governador, segundo a minha ótica pessoal.

Coincidência de mandatos. Entendo, pela experiência vivida por mim mesmo - já sou detentor de cinco mandatos eletivos: fui Deputado Federal por duas vezes; em seguida, Senador da República; depois Governador; e agora Senador novamente - que a repetição de eleições incoincidentes hoje em dia causa sempre um enorme problema, notadamente nos Estados mais pobres. Fazer eleições no Distrito Federal não deve ser um procedimento muito complicado. Mas, eleições seguidas nos Estados nordestinos importa em tumultuar as Administrações Municipal e Estadual e em despesas, sobretudo para as prefeituras que têm que cumprir determinados compromissos que a Justiça Eleitoral infelizmente não os cumpre. O fundo partidário é insuficiente para cumprir essas despesas.

Como são feitas as eleições na Alemanha, por exemplo? Em 1976 - eu era jornalista - percorri toda a Alemanha fazendo a cobertura da eleição a convite da CDU, da Fundação Konrad Adenauer, e, durante um mês, andei com o atual Primeiro-Ministro Helmut Kohl, em um ônibus - nessa época, ele ainda era Deputado e candidato a Chanceler -, e verificamos que ali a eleição era totalmente custeada pelos partidos, que são ricos. E de onde decorrem os recursos desses partidos? Lá, usa-se o procedimento da indenização pelo voto recebido. Ou seja, após as eleições, os partidos recebem, por cada voto obtido, algo em torno, se não me engano, de 4 marcos ale-

mães. Com isso os partidos vão movimentando a sua conta e custeiam integralmente a despesa de cada candidato. Mas aqui não temos isso.

Como Deputado, propus uma emenda constitucional em que se criava um fundo partidário no Brasil de 0,01% sobre as receitas federais, que deveriam ser distribuídas aos partidos na proporção da sua capacidade eleitoral, ou seja, do número de Deputados que possuíam. Essa emenda não teve êxito. E o que se verifica é que as eleições, que são custosas, são custeadas da maneira que conhecemos. Precisa-se evitar isso ou com a criação realmente de um fundo partidário mais ou menos parecido com esse da Alemanha, ou então a coincidência geral de mandatos. O meu Presidente não é favorável a isso, mas eu sou francamente favorável à coincidência geral de mandatos, até como mecanismo de reduzir as despesas de campanha eleitoral.

Quanto à duração do mandato do Presidente da República, estou inteiramente de acordo, pois entendo que deva ser de 5 anos, até para se evitar a reeleição; mas também não sou contra a reeleição. A reeleição dá a oportunidade àqueles que são bons administradores de continuarem exercendo seus mandatos. Aqueles que não se revelaram bons administradores, seguramente o eleitorado não o reconduz.

O problema de Vereadores. Já tivemos mais de uma experiência. No Império havia a figura do Conselheiro Municipal, que não era remunerado. Era uma figura preeminente exercida pelos pró-homens do Município.

Na Revolução, reinstituiu-se essa figura, não a do Conselheiro, mas a do Vereador não-remunerado. Eram remunerados apenas os Vereadores das capitais e dos Municípios - se não me engano - com mais de 100 mil habitantes. Houve uma grita generalizada naquele momento. Os Vereadores não aceitavam essa idéia. E, durante o período revolucionário, ainda foi restaurado o princípio da remuneração aos Vereadores.

Entendo ser este um princípio interessante o do Conselheiro Municipal sem remuneração. Apenas corremos o risco realmente da eleição daqueles que são mais ricos e possuem melhores condições financeiras para se manterem.

O segundo turno das eleições. Temos observado que no segundo turno, em geral, elegem-se aqueles que tiveram menos votos do que no primeiro. Ou seja, aqueles que obtiveram mais votos no primeiro turno acabam perdendo a eleição no segun-

do. Portanto, a meu ver, é uma coisa discutível e até perigosa.

Votação secreta no Parlamento. Aí discordo novamente do Sr. Governador. Penso que deveríamos ter o princípio da votação secreta. Se a Constituição que temos hoje tivesse sido votada pelo processo secreto, seguramente seria uma excelente Constituição. Como a votação foi aberta, eu a considero uma das piores Constituições que o Brasil já teve. O Constituinte vota sob pressão absoluta e acaba atendendo, aí sim, aquilo que o Governador não deseja, que é a prevalência do pensamento das corporações. O corporativismo funciona de uma maneira total no momento de uma votação como essa.

Como foi feita a Constituição americana, que é considerada uma das melhores e mais duradouras constituições do mundo? Ela foi votada de maneira absoluta e totalmente secreta. Os Constituintes americanos ficaram impedidos sequer de conversar com seus familiares sobre o que votavam. Está aí o resultado. Então, entendo que o princípio da votação secreta é salutar até para evitar essas pressões deletérias nesses momentos.

O Senador vitalício. Concorde inteiramente com o Governador. Acredito que não devemos ter um Senador vitalício, exceto para os ex-Presidentes da República, o que já acontece em alguns países do mundo. Cheguei a propor, quando fui Senador Constituinte, a criação da função de Senador Conselheiro, um Conselheiro da República, que seria o ex-Presidente da República, o qual teria o direito de participar dos debates e de tudo o mais no Parlamento, exceto votar, porque aí quebraria o princípio da Federação. Ou seja, passaríamos a ter um Senador a mais em determinados Estados. Então, ele não votaria, mas teria todas as prerrogativas, e isso nem sequer custaria ao País, pecuniariamente falando, porque o ex-Presidente da República já tem uma remuneração. Ele passaria a ter a representação de Senador da República e seria um Conselheiro importante como ex-Presidente da República. Também fiz uma emenda nesse sentido; fiz uma consulta aos Constituintes e observei que a grande maioria não desejava isso. Lastimei que fosse assim.

Quanto ao mais, entendo que a contribuição que o Governador Cristóvam Buarque nos traz é extremamente expressiva. S. Ex^a nos traz alguns pontos para meditação, para o debate daqui para a frente. Penso que, em muito, o que S. Ex^a nos disse, nesta manhã, contribuirá para a elaboração desse projeto, que julgo importante para o futuro político deste País.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, Vice-Presidente desta Comissão e Senador por Brasília, que deseja tecer algumas considerações.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, como o único Parlamentar representante de Brasília aqui presente, gostaria de saudar a presença do Governador e também pedir-lhe desculpas pela ausência de outros Parlamentares de Brasília e da Comissão, já que neste momento realiza-se a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que discute o caso Banespa que, enfim, está monopolizando as atenções.

Desejaria também, Sr. Presidente, fazer uma consideração de caráter pessoal, coisa que raramente temos chance de fazê-lo aqui no Senado. Embora estejamos em Partidos diferentes, o Professor Cristóvam e eu somos grandes amigos pessoais. Desejo dizer a S. Ex^a que comecei a minha vida política aqui em Brasília, em 1984, quando retomava ao País depois do término de um curso no exterior, exatamente para trabalhar junto com o Professor Cristóvam em uma Comissão chamada Copag, onde, sob a orientação do Professor Cristóvam, fazíamos os planos do que seria o Governo Tancredo, e lutávamos, academicamente, na época, pela restauração da democracia plena no Brasil. Disse o Professor Cristóvam, um dia desses, que, naquela época, tínhamos cabelo e juízo porque não fazíamos política partidária.

Desejo, em nível pessoal, dizer que a presença do Professor Cristóvam trouxe-nos um dos seus melhores lados, além de outras competências, que é exatamente o provocativo, propositivo, sonhador até, que é extremamente positivo numa Comissão como esta, que tem a missão de rediscutir política e institucionalmente o nosso País.

Penso que as considerações do Professor Cristóvam, hoje, mais até como Professor, como estudioso que é dos problemas brasileiros, é extremamente importante.

Finalmente, desejaria deixar apenas como uma reflexão para o Professor Cristóvam - não sei se S. Ex^a gostaria de fazer considerações sobre esse assunto ainda hoje, ou talvez mais tarde enviar à Comissão os seus pensamentos, e aí como Governador de Brasília -, sobre a questão institucional de Brasília como Capital do País. Tenho procurado, até por ser Senador eleito pelo Distrito Federal, buscar experiências em outros países do mundo a respeito desse assunto.

Gostaria de saber, até pela experiência que o Professor Cristóvam está tendo como Governador, se S. Ex^a considera que institucionalmente Brasília está bem resolvida em nível político e econômico, ou, se não está, quais seriam as contribuições que poderiam ser trazidas a esta Comissão para que, neste relatório final, essa questão da Capital do País pudesse também ser tocada.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Pois bem; vou, primeiro, tocar num ponto levantado pelo Senador Edison Lobão, que quero reconhecer de público, porque embora eu tenha falado e defenda a eleição, o voto aberto, eu sei, Senador, que é um risco muito grande. Fiz até questão de dizer que nos regimes autoritários acho que era fundamental essa defesa.

Defendo o voto aberto como instrumento de democracia, mas sei que ele traz desvantagens muito grandes em diversos momentos.

Eu mesmo, aqui, já tive vitórias na nossa Assembleia Legislativa graças ao voto secreto. Não tenha dúvida de que se o voto tivesse sido aberto a corporação, aí no caso, partidária, e mesmo as corporações que cada Deputado dá, dificilmente permitiria aquele voto.

É uma posição difícil. Apenas tenho medo de que, se por um lado as corporações pressionam quando o voto é aberto, outras formas de pressões, até menos legítimas, podem ocorrer no momento do voto secreto. Então, é um problema que teremos que enfrentar durante muitos anos.

Queria acrescentar um item que esqueci de falar naquela minha provocação sobre a não-reeleição. Quero deixar claro, também, que esse processo de não permitir reeleição muitas vezes do Parlamentar tem que ser adotado, mais urgentemente ainda, nos sindicatos.

Acho que o fato de se permitir que um líder sindical seja reeleito muitas vezes está criando uma burocracia sindical que pode trazer muitas desvantagens para o processo social brasileiro. Deixa-se, inclusive, de representar a sua base para lutar-se pela manutenção de um certo grau de, não vou nem dizer de privilégios ou de vantagens, direitos que se adquirem ao se assumir o cargo de direções sindicais.

Sobre o Distrito Federal.

Nós vamos ter – e sobre isso eu já conversei algumas vezes com o próprio Presidente da República e com companheiros, muita gente – aqui, uma dificuldade do tipo do voto secreto ou do voto aberto: por um lado, o direito e a necessidade do povo da Capital de exercer o poder sobre o seu destino es-

pecífico; por outro lado, a responsabilidade desse povo da Capital de ser instrumento de eficiência do funcionamento global do País, ao ser Capital.

Isso complica, porque ao ter, primeiro ponto, eleição de Prefeito ou de Governador – por que aqui a gente chama de Governador, mas, na verdade, é um grande prefeito, um Prefeito com bairros distantes uns dos outros, mas assumindo as funções de Governador e de Prefeito –, quando a gente assume a eleição livre, para que o povo da Capital exerça a construção de seu destino, a gente corre o risco, obviamente, de ter eleições de pessoas que representem a população local, em contraposição à posição nacional.

Hoje em dia, acho que o fato de termos até as personalidades do Presidente, e eu mesmo, a certa relação passada, facilita isso, mas isso pode-se complicar em muitos momentos. Pode-se complicar muito e temos que pensar como resolver isso.

Por outro lado, no caso do Distrito Federal, que é uma capital mas não é uma capital qualquer, é uma capital jovem, onde não existia nada antes, tem uma dependência financeira em relação ao Governo Federal. É uma outra complicação. Paris não tem essa complicação, Paris tem a complicação de sediar a capital, apenas, mas não de ser dependente. Temos que resolver esses dois problemas.

O problema do choque entre, possível e em algum momento institucional, o Governo local e o Governo Federal, acho que só se transforma em problema se for envolvido o problema militar. E aí, sim, acho que é uma coisa que a gente deve considerar no futuro, o problema de que o Governador daqui tem o comando da polícia. O Governador aqui, na verdade, comanda mais homens e mulheres – hoje em dia todas as forças estão juntas – mais tropas que o Presidente da República, localmente.

Esse é um problema. Já disse isso uma vez ao Presidente da República, não discutindo hoje – os próximos três anos – mas discutindo os próximos 30, 50 anos. Isso é, de fato, um perigo, claro! Ninguém sabe o que vai acontecer no futuro.

A Constituição teve a sabedoria de colocar a Polícia subordinada, financeiramente, ao Governo Federal por que quem paga a Polícia, aqui, pela Constituição, é o Governo Federal. O que complica também é porque às vezes nem paga. Às vezes não paga o que deveria ou paga o que deveria mas o que deveria não é suficiente. De vez em quando tem que se criar um novo batalhão, como este, agora, que nós estamos querendo criar para dedicar-se especial-

mente à Esplanada. Isto vai custar dinheiro. Mas o comando em si é complicado. Esse é um ponto.

No Distrito Federal antigo, o Prefeito era nomeado durante muito tempo, mas houve um tempo em que era eleito, mas Polícia era comandada pelo Ministro da Justiça - o que gera problemas locais mas dá uma tranquilidade institucional.

O outro problema é o financeiro do Distrito Federal. O Distrito Federal não terá, durante muitas décadas - aí, talvez, eu esteja exagerando - mas durante muitos e muitos anos, no futuro, capacidade autônoma de financiar os seus gastos. Não terá porque é uma cidade nova num lugar onde não havia nada. Hoje, nós já temos metade da força de trabalho no setor público e metade no setor privado, e acho que já passou um pouco o setor privado. Mas mesmo esses trabalhadores do setor privado, em grande parte, eles trabalham para o setor público - é o comerciário que vende ao funcionário público. Então, é uma cidade dependente. É verdade que hoje eu até recomendo aos Parlamentares quando os encontro que visitem, num fim de semana, a outra Brasília que ninguém sabe - a Brasília das indústrias de sapatos, em Taguatinga, da cultura, na Ceilândia, a Brasília turística de Planaltina e de outros pontos que nós temos. Existe uma outra Brasília que o Brasil não conhece. Estou insistindo muito até para divulgarmos essa outra Brasília. Mas essa outra Brasília não vai conseguir manter a Brasília Capital nos custos que ela tem. Esse jardimzinho aí, que serve sobretudo porque nós somos capital, custa R\$23 milhões por ano. Tem Estado que não tem esse dinheiro para educação! Mas não vamos deixar de ter esses jardins bonitos como capital e nem é o povo do Distrito Federal que considera parte do seu destino ter esses jardins bonitos, que existem porque somos capital, caso contrário daríamos um jeito de termos jardins menores, embora bonitos, mas como qualquer outra cidade.

Então, há obrigações de ser capital que exigem recursos vindos do Poder Federal. Como é que nós vamos resolver isto? Resolvendo, em primeiro lugar, esse problema da segurança. Quem controla e como controla a segurança do Distrito Federal? E, segundo, como financiar os gastos da capital. E aí a solução não tem outra: é o fundo que o Governo Federal assuma em gastar, tendo em vista que precisa que o povo do Distrito Federal mantenha a capital de todos os brasileiros. Tem que assumir o fundo e dizer: "Esse fundo, aí, vocês gastam como quiser." O que não pode é nem o Governo Federal retirar esse dinheiro - como eu estou preocupado que a proposta

da nova LDO pode forçar isto - isto me preocupa muito e a todos nós daqui. Nenhum Governo Federal pode retirar isto porque senão a capital não vai funcionar - a capital do Brasil, e não é Brasília, mas a capital do Brasil não vai funcionar - e nem podemos ficar a vida inteira querendo autonomia política com dependência financeira. O único jeito é um fundo que defina isto, de uma vez por todas, e o Governo daqui, junto com a sua população, que defina para aonde vai esse dinheiro, desde que mantida a qualidade de vida de ser capital.

São esses dois pontos: a segurança e o outro ponto. Na semana passada, vimos invasões em todo o Brasil e uma só irritou profundamente o Governo Federal: foi a do Ministério da Fazenda, porque foi na capital. As outras foram uma questão de citações. Não houve nenhuma cobrança aos Governadores locais porque órgãos federais foram invadidos. Aqui houve cobrança porque é a capital. Isto cria um problema sério de postura, inclusive de como exercer a segurança. Um Governador pode achar que é de um jeito e o Presidente da República pode achar que é de outro, e isto, em algum momento do futuro, vai gerar conflitos. Volto a insistir: não acredito nos próximos quase três anos que faltam mas no futuro, em algum momento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira, devidamente inscrito.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, agora que o povo acabou de falar, o povo vai começar a indagar, e quanto mais passar para o fundo, mais povo!

(Risos.)

Farei poucas observações, primeiro, louvando os aspectos práticos, objetivos e concretos que estão recebendo da sua presença e da sua palavra uma contribuição significativa, porque é prática, objetiva e sincera e até desafiadora, quando não radical.

Sr. Governador, o nosso conhecimento é fugaz, saindo da universidade, mas sempre fui um admirador da sua cultura, da sua tenacidade e, depois, me surpreendeu quando V. Ex^a terminou chegando ao Governo da capital do meu País.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE - E a mim também.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - E eu fico olhando para o Governador e fico a imaginar que, na verdade, todos nós, políticos e homens públicos, somos iguais. Não sei se o Governador concorda, mas a diferença que existe entre nós e o Governador, que pertence a um Partido que não é o meu, que a

diferença existente entre nós desaparece quando aqueles que se opõem chegam ao poder. O poder produz o milagre de igualar as pessoas. Como Vereador de Belo Horizonte, tive uma experiência - foi o meu primeiro mandato - positiva para o curso da minha vida pública. Como líder universitário, na Universidade do meu Estado, Minas Gerais, tive a primeira experiência no combate ao final das ditaduras que infelicitaram o País por muitos anos. Daí, a nossa formação democrática, e eu confesso que não vejo nenhuma diferença entre mim e o Governador da capital do meu País. Todos somos iguais porque o Governador chegou ao poder e, chegando ao poder, não tenho o condão de fazer milagre.

Quando, depois de Deputado Federal por quatro mandatos realizando o milagre de jamais dar um centavo a ninguém, jamais receber um centavo de alguém, é claro que aqueles que se opunham a mim, já não digo ao sistema do momento porque já ocupei o Governo com a inserção revogada, como nos comprometemos - Petrônio Portella, Ernesto Geisel, Francelino Pereira, Marco Maciel e outros - em verdade, estamos aqui a imaginar que aqueles que se opõem terminam se igualando a nós todos, porque lutam contra os sistemas, contra as situações, contra isto e aquilo e quando chegam ao poder terminam, inclusive, por mais ilustres que sejam - e todos são ilustres - a sua carreira de oposicionista como, por exemplo, Ministros dos tribunais superiores deste País.

É um milagre e é uma vocação - a vocação do brasileiro. Eu fico pensando e olhando para mim mesmo: por que Francelino Pereira rejeitou, não aceitou, um cartório que lhe foi oferecido pelo meu Governador Magalhães Pinto? Por que Francelino Pereira não aceitou, em conversas indiretas, um lugar no Tribunal de Contas? Por que Francelino Pereira, no Governo Geisel - e o Governador sabe quem é Francelino Pereira no Governo Geisel - jamais pleiteou um canal de televisão ou de rádio? Faço política com a política e pela política. Não faço política com o poder econômico e para o poder econômico. Eu acho que é destino, acho que é vocação, ou, então, falta de inteligência, porque muitos falam que política é poder econômico. Eu a realizo e me considero um vencedor, porque obstinado, porque radical, porque destemido; entendo que todos deveriam fazê-la, tanto quanto possível, um pouco perto de mim.

Quando assumi o Governo, muitos líderes do meu Estado faziam oposição a mim ou ao sistema que já estava terminando, com a contribuição, inclu-

sive, do Presidente de então, que esta Nação respeita.

Porém, entre seis meses e um ano depois que o meu sucessor assumiu, esses líderes e Deputados que faziam oposição a mim - oposição mineira, discreta, amável, simpática; no meu Estado, não brigamos, mas não fazemos as pazes - aproximavam-se de mim dizendo-se profundamente arrependidos de terem feito oposição a mim ou ao meu Governo, e terminavam dizendo, por linhas indiretas, na linguagem mineira, que é mais um murmúrio do que o falar, que estavam surpreendidos pelo uso da corrupção, pela má condução do Governo que ajudaram a eleger.

Por isso, digo que todos somos iguais, até porque a estrutura do País não permite que os radicais façam uma transformação como a que o poder soviético tentou fazer, o qual terminou ruindo.

Gostaria de indagar ao caro Governador qual a sensação que tem, já tendo sido o Cristóvam Buarque, Reitor da Universidade, conversando com estudantes, colocando-se ao lado dos estudantes - como eu me coloquei, tendo sido líder universitário no meu Estado, durante os cinco anos da Faculdade de Direito -, como se sente agora o Governador de Estado, lidando com as mesmas estruturas dominantes, os mesmos sistemas, os mesmos quadros institucionais? Desejaria fazer mais do que está fazendo? Está se surpreendendo?

Outra observação, com relação a financiamento de campanha. É um crime o que se faz neste País; isso é uma farsa, é um escândalo. Para se eleger, ninguém compra voto; a campanha é que é cara. Ninguém mais compra voto, a não ser meia dúzia de pessoas. Mas a campanha é cara! E aí entra a corrupção, de uma forma deslavada e cínica, que se repete em todos os pleitos que se realizam neste País. Aí está todo o sistema empresarial, dominado, admirado, adulado por aqueles que fazem campanha; e os Governadores que ficam ricos, e os Prefeitos que furtam. E esta Nação, inclusive o Partido de V. Ex^a, aparentemente, não faz nada. Por que não se conserta este País? Porque aqueles que faziam ou fazem oposição vão terminar nos tribunais! Ministros de Estado... E esta Nação fica entregue à corrupção, diria quase ao banditismo político que ocorre aqui.

O que está fazendo o Governo do meu amigo Cristóvam Buarque nesse combate ao poder econômico, ao uso do dinheiro, ao político do Governo que usa um avião ou um carro - agora ninguém mais usa placa oficial, terceirizou-se tudo, inclusive os trans-

portes -, o que o Governador está fazendo nesse sentido?

Outra pergunta, Governador: o poder derrota ou o poder elege?

Mais uma pergunta: o Governador está de acordo em que políticos concorram ou ganhem canais de televisão e de rádio, ou, no caso de já possuírem esses canais e concorrerem a uma eleição, eles devem se licenciar ou se afastar desses canais?

Outro dia, conversava numa reunião de mineiros, e diziam: estamos vindo de dois ou três Estados; lá, os seus colegas aparecem diariamente na televisão e você, Francelino, não apareceu dia nenhum, durante uma semana inteira; o que é que há? É porque a televisão é deles, são donos da televisão. Então, que democracia é esta? Por que o silêncio do Governador? Por que o silêncio do PT? Por que não reagem a tudo isso?

Chego a compreender o problema da reeleição do Presidente - e não vejam nisso nenhuma sutileza. V. Exª tem razão, um mandato de quatro anos é insuficiente, o mandato do Presidente deveria ser de cinco anos.

Embora hoje entenda que o poder derrota mais do que elege, a reeleição do Governador e a reeleição do Prefeito se fazem com o uso da máquina do Governo. Enquanto pego o meu carro e vou visitar os 856 municípios do meu Estado mineiro, aqueles que têm a máquina do Governo pegam um jatinho, passam por cima de mim e pousam em quase todos os municípios. Que democracia é esta?!

Gostaria de discutir essa realidade palpitante e gostaria de ouvi-lo, Governador.

Muito obrigado.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE - Fico duplamente feliz ou até mais. Primeiro, porque, pelo visto, Senador, não é só o poder que muda. Confesso que não esperava de V. Exª um discurso tão enfático contra pontos que não discutimos aqui e que são fundamentais, como esse dos meios de comunicação.

Num momento como este no País, as melhores contribuições não são as respostas, são as perguntas. Quero que fique bem claro que a melhor contribuição deste debate de hoje não foi nenhuma das respostas que dei, mas a pergunta que o Senador fez sobre a relação entre a política e os meios de comunicação. Proponho que essa pergunta fique inscrita, a partir de hoje, na lista de perguntas que recebi - não estava.

Creio, Senador, que aí temos de ser radicais. E não se trata, digo mais uma vez, de nenhuma inova-

ção, nada diferente dos países que chamamos de democráticos. É preciso separar, radicalmente, dono de televisão de dono de rádio; dono de rádio e de televisão de dono de banco; e dono de rádio e de televisão de político. Nisso, estou de acordo. Quem quiser ser dono de rádio, tem que ser dono de rádio. Quem quiser ser dono de televisão, tem que ser dono de televisão, e não ser candidato. Não sei qual a sua posição, mas V. Exª perguntou qual é a posição minha e a do meu Partido. Confesso que nem sei exatamente qual é a do meu Partido, porque estou trabalhando para governar. Para mim, temos que fazer essa diferença.

Nos Estados Unidos, a pessoa não pode ser dona de rádio e dona de um banco; ou dona de uma loja comercial e dona de rádio. Dono de rádio é dono de rádio; dono de televisão é dono de televisão; dono de jornal é dono de jornal; e não pode ser os três. Muito menos, um desses ser candidato - não tenho certeza, mas creio que não pode ser.

Temos que separar a política não só dos meios de comunicação, mas também dos meios econômicos. Aqui, misturamos absolutamente tudo.

A verdade é que, até hoje, nenhum dos grandes caciques das comunicações foi eleito; que eu saiba, não. Chateaubriand foi o único; mesmo assim, não foi eleito; arranjou aquele mandato. Sílvia Santos tentou, falou em ser, mas não foi. O Roberto Marinho e o Mesquita nunca foram candidatos.

Mas V. Exª tem razão, é fundamental separar essas coisas.

Finalmente, é preciso acabar com isso de o Governo dar esses canais a quem quer.

Primeiro, a concessão não deveria ser do Estado para as pessoas; deveria haver outro mecanismo, como há em diversos outros lugares.

Segundo, devemos ter canais e meios de comunicação públicos, o que não quer dizer nas mãos do Estado. Temo tanto a censura feita pelo dono quanto a censura feita pelo Estado. Mas os canais podem ser públicos. Existem canais públicos na Europa, nos Estados Unidos, sem serem do Estado e sem terem dono que manipule as informações.

Não respondi à pergunta porque não estava aqui, mas entendo que esse é o maior dos problemas que temos de enfrentar.

Quanto a sua divagação, muito positiva, sobre o poder e suas mudanças, em primeiro lugar, quero dizer que se dão três mudanças quando se chega ao poder: uma, positiva, uma que considero tolerável e a outra é inaceitável.

A mudança positiva é a mudança nos meios que se usa. É claro que os meios que usa um político da oposição não são os mesmos que usa um governante.

O microfone é o principal instrumento, falando-se em meio, do político da oposição. A caneta é o principal instrumento do político no governo. Um, faz; o outro, fala. Portanto, é natural que haja uma mudança positiva. E deve-se tomar cuidado com o político que chega ao poder e continua falando como se fosse oposição. Ele tem que assumir seu governo.

Penso que os sonhos constituem a mudança tolerável; é tolerável mudarem-se os sonhos distantes, ajustá-los. Porque o poder, para aqueles que não tinham consciência, permite a descoberta dos limites do poder. Talvez o aspecto mais forte de se ter poder é descobrir o limite do poder que se tem. Talvez o mais importante seja descobrir que o seu poder é limitado.

Muitos podem ter a sabedoria de perceber isso antes de ter o poder; mas a maioria só descobre isso quando tem o poder. E quem chega ao poder reduz os seus sonhos, porque sabe que grande parte das coisas não vai fazer no seu mandato.

Porém, existe uma mudança intolerável, que é a mudança dos compromissos. Quero deixar isso bem claro, porque esse é um dos problemas que temos tido com alguns dos políticos que chegam ao poder, mudarem o compromisso.

Há uma diferença entre compromisso, sonho e meios, métodos, instrumentos que se usam. Os sonhos são os distantes; os compromissos são os imediatos. Uma coisa é dizer-se: eu me comprometo a ter um programa educacional. A outra, o sonho, é de que, em poucos anos, não vai haver nenhuma criança fora da escola. Então, ajustam-se os sonhos. Ajuste é tolerável, como se dizer que não vai ser possível fazer-se isso em pouco tempo. Porém, é intolerável dizer-se: isso não faz parte do meu compromisso; meu compromisso, agora, é outro.

Tenho a impressão de que, aqui, estamos conseguindo manter os compromissos e ajustar os sonhos; e, obviamente, assumir os métodos necessários de quem é governo. Se eu fosse arranjar um defeito, penso que teria até demorado um pouco a mudar, mesmo, para valer, esses meios que usamos na oposição.

V. Ex^a perguntou se o poder iguala. Também quero deixar isso claro. O poder iguala em algumas coisas, como ser oposição iguala em outras. Como em qualquer Estado em que se esteja, ele iguala

com os pares que estão naquele Estado. Mas há coisas que igualam mais no momento de hoje: são os limites do poder e a perplexidade de exercer o poder.

Tenho um exemplo incrível. Tenho certeza de que na época do Senador Edison Lobão e de V. Ex^a, quando foram Governadores, deveria ser diferente. Hoje, quando os Governadores se encontram, estão absolutamente igualados; nem nos lembramos qual o partido de cada um deles.

E por que isso? Porque hoje o poder está muito frágil, no sentido de exercer o governo. Todos nós estamos envolvidos até a raiz dos cabelos com o problema da Justiça. A Justiça está caindo de pau em tudo; tudo o que fazemos é imediatamente interrompido pela Justiça; são mandados de segurança diários.

Esse é o primeiro dos instrumentos dos vetores de igualdade; são os limites do poder. A Justiça faz com cada um de nós o mesmo; os sindicatos talvez façam um pouquinho diferente, por causa dos compromissos com um ou com outro. Mas todos nós nos sentimos iguais, em primeiro lugar, por esse limite de poder do Governador de hoje. É o Governador que vive uma tragédia social e uma tragédia financeira, e poderes que não estão bem claros como exercem, mas que são maiores do que os nossos. Como é esse, a Justiça e os movimentos sociais e sindicais.

O segundo é a perplexidade em que nós todos estamos vivendo; perplexidade de como enfrentar cada um dos problemas. A igualdade, hoje, é muito forte por isso.

Finalmente, queria deixar claro que, a meu ver, existe algo que corta as pessoas de um lado e de outro: é o corte ético. Mas não apenas aquela ética de roubar e não roubar, e sim o corte da ética nas prioridades. Quais são as prioridades que consideramos éticas, não aquelas que consideramos corretas? Para mim, o que me separa politicamente de uma pessoa. A pessoa que pensa que está no bloco da ética, que é uma vergonha ter meninos na rua e está disposto a tirar dinheiro de outro lugar para resolver isso, está do meu lado e eu do lado dele. A pessoa que está no bloco dos que pensam que este País tem que ter, em um prazo de poucos anos - e neste caso, como um sonho -, todas as crianças em uma escola boa, tão boa quanto uma das escolas melhores do mundo, está do meu lado. Lembram-me aqui que, de preferência, na proposta comum que temos defendido, ou seja, amparar as famílias carentes com crianças em idade escolar.

Entretanto, temos que saber que vai ser tirado dinheiro de outras áreas. Desses R\$23 milhões que se vai gastar por ano quando tivermos todas as crianças na escola, todas as famílias carentes - quase vinte mil por ano, o que representa 1% -, dá para aumentar o salário dos professores em 0,3%. Mas não vou tirar para isso.

Então, esses compromissos éticos é que vão formar uma base de uma política diferente para este País e vão cortar os Partidos. Existirão pessoas de todos os Partidos nesse bloco ético, bem como existirão pessoas que não farão parte dele. Esse é o grande desafio de uma aglutinação ética neste País.

Mas, volto a dizer, não é a ética do comportamento. Essa vamos dar por feita. Ninguém rouba; pelo menos, não assume, porque, senão, teria que estar na cadeia. Estou falando daqueles que afirmam que sua ética é colocar crianças na escola, não a ética de todo mundo ganhar R\$500 de salário mínimo; afinal, isso não é possível. Além do mais, creio que não haverá solução real para este País se aumentarmos para R\$150 ou R\$200 o salário mínimo, ainda que aumente um pouco o dinheirinho no bolso das pessoas.

Talvez por isso ele esteja se igualando a muitos que pareciam estar separadas. O que está faltando para testar essa igualdade? As medidas concretas. Quanto se diz que todas as crianças estão na escola, todo mundo se sente bem e todos apóiam. Mas quando se diz que, para isso, vai ter que aumentar o imposto de renda, existirão pessoas que não concordarão. Todos querem Saúde, mas quando o Governo atual propõe o IPMF, as pessoas passam a não querer mais tanta Saúde. Eu quero, por isso, sou a favor do IPMF.

Quando o Governo afirma que vai tocar aqui ou ali, já começamos a ver o bloco ético dos que estão a favor de um projeto se afastando. Mas fico contente quando descubro que estamos iguais. Fico chateado é quando estamos separados. Portanto, fico satisfeito com sua colocação e quero insistir que esse problema da relação com os meios de comunicação é a parte mais importante do debate partidário brasileiro. Aliás, faltou essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador José Eduardo Dutra, Líder do PT e membro desta Comissão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Governador Cristóvam Buarque, primeiro, gostaria de fazer um registro a respeito de parte da pergunta do Senador Francelino Pe-

reira. S. Ex^a foi um pouco injusto com nosso Partido com relação a uma omissão que ele poderia ter detectado. Os Senadores são testemunhas da posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores todas as vezes que está em votação renovação de concessões ou outorga de novas concessões. A Bancada do PT tem se abster quando se trata de renovação e votado contra quando se trata de outorga ou não de concessões, principalmente em função de uma cobrança que temos feito de uma maneira muito enfática com relação à instalação do Conselho de Comunicação Social, que foi criado através de lei, desde 1991, e que seria um órgão auxiliar do Congresso Nacional para tratar dessas questões, mas que, infelizmente, até hoje não foi instalado. Existem projetos de iniciativa de Parlamentares do PT, coincidentemente do Deputado Tilden Santiago, de Minas Gerais, que chegou aqui e que trabalha também com esta questão na Câmara dos Deputados.

Realmente, essa questão que foi colocada por V. Ex^a de discriminação dos meios de comunicação é uma constante no Brasil todo. Dou o exemplo do meu Estado. Somente apareço na televisão se se tratar de uma reportagem nacional, já que o Governador e Senador Albano Franco é dono da emissora que retransmite a programação da TV Globo; o seu irmão, Valter Franco, ex-Deputado Federal, é dono da que retransmite a SBT; e o ex-Governador por duas vezes e candidato a Governador em 1998 João Alves é dono da que retransmite a Bandeirantes. Apenas para demonstrar que a situação de Sergipe é semelhante a de outros Estados.

Entrando na questão específica da exposição do Governador, quero registrar que concordo com a maioria das suas colocações, talvez por coincidência de sermos do mesmo Partido. Mas gostaria de fazer alguns comentários. Primeiro, sobre a coincidência de eleição de Prefeitos e Governadores. Todas as vezes que se aproximam as eleições municipais, surge a discussão com propósitos de reeleição, de prorrogação de mandatos. Penso que se trata um pouco daquela história de que "o uso do cachimbo deixa a boca torta". Estava fazendo aqui uma recapitulação, pelo menos do período em que tenho feito um certo acompanhamento: em 1970, foram eleitos prefeitos para um mandato de dois anos sob a alegação de que deveria haver uma separação entre eleições municipais e eleições estaduais e federais. Foram eleitos os prefeitos em 1970 por dois anos. Na época, a desculpa foi para que houvesse a separação.

Em 1980, haveria eleição para prefeito. Não houve, e os mandatos foram prorrogados até 1982,

sob alegação de que deveria haver a coincidência. Em 1982, houve a eleição geral. Mas, nesse ano, os Prefeitos foram eleitos por seis anos sob alegação de que deveria haver "descoincidência". Penso que, na verdade, ocorre casuísmo todas as vezes em que se aproximam as eleições para prefeito. Concorro que deva se manter separado.

Considere interessante a sua proposta acerca de que o Vice apenas deveria assumir em caso de afastamento definitivo, seja por **impeachment** ou por morte. Nesse caso, se isso for aprovado, na verdade, poder-se-ia retornar à condição anterior, em que o vice, se fosse Deputado ou Senador, não precisasse afastar-se da sua função, já que ele só vai efetivamente assumir a Presidência em caráter definitivo. Seria, então, uma mudança que acompanharia essa sugestão.

Com relação ao voto distrital misto, começo a ter uma simpatia por ele, em função de duas razões: primeiro, porque, no atual sistema proporcional, o voto já está se "distritalizando" e com distorções absurdas. Vou dar o exemplo do meu Estado. A Cidade de Aracaju, que representa o maior do colégio eleitoral, com um quarto de votos do Estado, tem um Deputado Federal que tem a sua base principal em Aracaju, ao passo que os dois municípios imediatamente menores - Itabaiana e Lagarto - têm, cada um, dois Deputados Federais. Isso não aconteceria se houvesse o voto distrital. Mas a minha preocupação é na hora de definir os limites geográficos desses distritos. Nessa hora é que, ao meu ver, a situação complica, porque, com certeza, na definição desses limites geográficos, vai haver ingerência política. É impossível definir-se essa questão de maneira totalmente apolítica.

Quanto à minha preocupação, gostaria de saber se V. Exª tem alguma sugestão nesse sentido.

Só há um ponto em que discordo na sua exposição: a questão da eleição sem Partido. Essa discussão, inclusive, surgiu na Constituinte quando se propunha a possibilidade de uma Constituinte exclusiva, em que os constituintes seriam eleitos apenas para elaborar a Constituição e depois iriam para casa. Na época, surgiu a proposta de haver a possibilidade de eleição sem Partidos. A meu ver, essa possibilidade se choca com a radicalização da fidelidade partidária, colocada por V. Exª. Concretamente, a possibilidade de eleição sem Partido, com raras exceções, vai permitir que surjam pessoas têm um perfil econômico e que poderão, sem qualquer compromisso partidário, ser eleitas e, na medida do necessário, sobre elas

cobrança, do ponto de vista da coerência com os princípios do Partido.

Eu gostaria, portanto, que V. Exª comentasse, pelo menos a meu ver, essa aparente contradição entre o princípio mais rigoroso da fidelidade partidária e a possibilidade de eleição de uma pessoa sem Partido.

E, por último, a minha pergunta é sobre a questão que, volta e meia, aborda a imprensa a respeito da suplência de Senador. Temos dito que do ponto de vista de nossa relação com os atuais suplentes não há qualquer sentido de discriminação, partindo do princípio de que a atual lei é esta e, portanto, são legítimos. Mas temos inclusive um projeto da Bancada do PT, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece o princípio da eleição do suplente de Senador. Concretamente hoje temos mais de 10% do Senado composto por Senadores que não foram eleitos, não tendo, assim, um voto. Não tenho dúvida de que depois das eleições de 1998, quando alguns Senadores vão ser candidatos a governador com certeza e alguns vão ser eleitos vamos ter aumentado esse índice de Senadores que não foram eleitos. Inclusive a imprensa pautou novamente essa questão, a meu ver, até do ponto de vista de um viés discriminatório, levantando essa questão em função da suplente do Senador atual ministro Arlindo Porto. Comentou-se que era secretário do PTB... a questão não é ser secretária do PTB ou não. Não se levantou a questão atinente aos suplentes com outros suplentes mais bem nascidos, digamos assim, que estão nesta Casa. A discussão não é a origem, mas o fato de estarem aqui sem terem tido um voto sequer.

Eu gostaria que V. Exª comentasse essa perspectiva de eleição para suplente.

Muito obrigado.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Creio que um dos temas que mais incomodam a população brasileira hoje é a quantidade de Senadores que não tiveram voto, porque são suplentes e escolhidos sem uma tradição anterior de serem ou não políticos. Muitos deles foram escolhidos suplentes porque financiavam a campanha, até, do eleito. Disso sabemos e é algo que consideramos lamentável e penso dever ser evitado.

Ontem, o próprio Suplicy estava conversando e apontava diversas alternativas, dentre elas a de o próprio eleitor escolher o suplente dentre uma lista que o candidato principal apresente.

Conclui-se, então, que há maneiras de equacionar o problema. O importante é que não dá para

o suplente anônimo, que nunca fez política e ninguém sabe quem é, assumir o cargo por oito anos, como temos visto. E dá ao Presidente da República um poder grande de designar senadores, à medida que ele convida um senador para ocupar algum cargo.

Sobre a questão do eleito sem partido, veja bem Senador, pode parecer que há um choque entre isso e a fidelidade partidária, mas não tem. Pois, se ele foi eleito sem partido, aliás, é preciso dizer que ele terá muito mais dificuldade para se eleger - muito mais! -, já que um candidato sem partido, sobretudo num regime de eleição proporcional, terá uma dificuldade muito grande. Mas, além disso, ele disputa com legendas; ele, sozinho, disputa com legendas e a chance de ganhar é muito pequena. Mas, ganhando, ele vai ter que ser fiel àquilo com que se comprometeu. E uma das coisas com que ele se comprometeu é que nenhum dos partidos representava o que ele desejava.

Nesse ponto quero fazer uma diferença entre fidelidade partidária em termos de não sair do partido e a fidelidade partidária em nunca votar diferente do partido. Essa é difícil de exigir.

O SR. (Não identificado.) – (intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Hein! O seu programa, sim. Mas há coisas que não se chocam com o programa mas a disciplina partidária, não é? O programa, sim. Como é que se chama? Fechar questão? Isso é outra coisa.

Embora, quando quase todos defendem uma posição e apenas um fica sozinho no partido, ele acaba sendo punido pelo próprio partido, mas não necessariamente excluído. Ele continua no partido, devendo ter direito a uma margem de independência dentro do partido.

O que chamo de fidelidade - é assim que entendi aqui a questão - é não abandonar o partido. Uma pessoa pode ser eleita independente e continuar sendo independente todo o tempo. Isso não fere a fidelidade dele com o que ele defendeu durante a campanha e com o partido que o elegeu.

O fundamental da fidelidade é impedir que as pessoas sejam eleitas por uma legenda e depois mudem ao sabor de outras seduções. Se ele foi eleito sem usar um partido, sem apresentar-se por um partido, sem beneficiar-se dos votos dos mais votados do que ele na legenda, não vejo por que isso cria problema de fidelidade. Não vejo problema.

O que é problema no sistema atual é o eleito sem partido - e eu acho que isso não é o fato de

sumir-se uma margem extrapartido para que as pessoas exerçam política. Este, sim, é um problema que me faz não desejar candidato sem partido.

Espero que um dia os partidos sejam tão nítidos, tenham posições tão claras que os separem que aí não precise mais desse voto independente. Mas, hoje, ainda estão vagos do ponto de vista ideológico, claro, do ponto de vista mesmo de proposta propositiva global. Aí, se exigimos - o que seria uma camisa-de-força - em alguns casos de candidatos, essa camisa-de-força contra a liberdade de alguns candidatos pode ser prejudicial para o processo. Penso que há espaço no Congresso para pessoas isoladas. Mas vai ser muito difícil no regime atual que ele se eleja, tem que ser muito bom para conseguir se eleger.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Esgotada a lista de oradores inscritos, indago se...

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Procurarei ser breve.

Governador, eu queria colocar duas ordens de apreciação. A primeira, de ordem genérica; a outra, especificamente sobre um tema que desejo abordar.

Nas considerações de ordem genérica, desejo, acima de tudo, sublinhar a importância da contribuição que V. Exª traz a este debate que estamos travando em nível de Congresso, mas que interessa fundamentalmente ao processo democrático. V. Exª aborda, nos 36 itens que lhe foram apresentados como questionamentos, questões fundamentais e o faz com lucidez e com brilhantismo próprio do seu talento, da sua cultura e da sua vocação política.

Por isso mesmo, nessas considerações de ordem geral, desejo trazer o meu cumprimento, o meu regozijo, pelo prêmio espiritual que exhibi hoje de manhã, ou neste início de tarde a ouvi-lo, porque começo a me enriquecer ao receber a contribuição cultural, intelectual e política de um depoimento tão brilhante e tão valioso quanto o seu, a despeito de não concordar integralmente, mas concordar quase que totalmente com as posições trazidas.

E quero felicitá-lo pela beleza e eu diria até sutileza de conceitos que começam a provocar exames e estudos, principalmente de quem já foi poder, no sentido de exercer o Executivo de quem já foi... que V. Exª não... ho e

o compromisso. E só quem viveu a agrura, a angústia, a dor, a vicissitude de ser governo pode dimensionar a distância entre o sonho e o compromisso.

E eu aqui anotava para ampliar a minha reflexão, entendendo que sonho é um descompromisso e o compromisso é o limite do sonho.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – É bonito.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – É descompromisso porque na hora que você sonha, você está liberto, você está livre para imaginar até o impossível, mas na hora em que você limita a possibilidade de cumprir, você tem que estabelecer os limites dos seus próprios compromissos.

Então, é possível o homem que chega ao poder mudar, mas nunca a palavra, nunca um compromisso formal no limite da expressão que ele visualizou para fazê-lo; porque, do contrário, seria enganar a própria convicção que se embasou para conduzi-lo até aquele local. E a sua expressão, ao responder a colocação belíssima também do Senador Francelino Pereira, que foi muito feliz na colocação que fez, ajustadas ao seu pensamento, nos trouxe assim uma colocação de beleza cívica e política que quero registrar como um contentamento para a minha alma.

A segunda parte, a específica - e eu poderia abordar muitos temas, mas acho que já foram esgotados com o seu brilhantismo - é o enfoque que daria para o problema do voto distrital misto, que venho defendendo já há algum tempo. Convidado para me manifestar a esse respeito, eu manifesto essa posição favorável até ao misto como forma inicial, para depois com o tempo se aprofundar para ser possível torná-lo puro. Mas entendo que o sistema distrital misto, embora sofra e vá sofrer resistências e combates por interpretações absolutamente ao contrário do seu fundamento básico, que é a influência do poder econômico - e eu acho que é exatamente ao contrário -, passaria, em sendo da sua admissibilidade, a partir do seu advento, permitiria a equação talvez da maioria dessas questões que estão envolvidas nesse questionário que V. Ex^a trouxe.

No instante em que se fosse adotado o voto distrital misto, os problemas decorreriam da sua instituição, da sua criação, do seu advento e o processo de prazo de mandato, de comportamento, de competência do vice, reeleição, de reeleição do legislativo a moda não tão radical como no México, não tão também como nos Estados Unidos, com relação ao voto parlamentar; tudo isso seria seqüência ou consequência da adoção do voto geral misto. E no instante em que V. Ex^a manifesta a sua posição a

respeito do voto distrital misto, que eu também defendo e me incorporo eu peço permissão para, daqui para frente, quando for convocado para falar, invocar o testemunho da sua experiência, do seu talento. Permita-me que, daqui para frente, eu comece a falar sobre o sonho e o compromisso e a distância entre os dois.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena, Sr. Vice-Presidente, Senador José Roberto Arruda, Governador Cristóvam Buarque, em vista da votação agora há pouco do projeto Banespa na Comissão de Assuntos Econômicos, não pude acompanhar inteiramente a exposição de V. Ex^a.

Um dos temas sobre os quais eu gostaria de formular indagação o Senador José Eduardo Dutra já o fez, até porque será apreciado amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já tendo havido inclusive a oitiva desta Comissão quando o Senador Sérgio Machado encaminhou o seu parecer à CCJ sobre o tema "eleição dos suplentes". Pergunto, Sr. Presidente, se posso fazer uma indagação sobre assunto diferente do tema da reforma político-partidária. Quero aproveitar a presença do Senador Cristóvam Buarque, em função da relevância de uma das principais iniciativas inovadoras que S. Ex^a mencionou hoje na sua visita hoje aqui nesta Comissão, o programa por ele iniciado em 1995, a bolsa-escola.

Faço essa pergunta em função do número crescente de municípios - mais de 50 -, que tem dificultado o acompanhamento. Sei de pelo menos mais de 50 municípios, por iniciativa dos respectivos prefeitos, a começar pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira - infelizmente falecido há três meses -, Antonio Palocci, de Ribeirão Preto, Valdir Trigo, de Sertãozinho, vereador e prefeito de Londrina, de Blumenau, de São Joaquim da Barra, de São João da Boa Vista, Volta Redonda, Ponta Grossa, Mococa. Visitei Mococa ainda na semana passada onde ocorreu algo bastante inusitado em que o juiz da cidade permitiu que doze dos 48 presos no distrito policial saíssem da cela para comparecerem à audiência pública onde se discutiu o programa de garantia de renda mínima que lá, já sancionado pelo Prefeito, tem o vínculo de que a família cuja a renda não atinge meio salário mínimo per capita, fórmula semelhante à da bolsa-escola, terá direito a um complemento de renda mediante compromisso de

as crianças até 14 anos estarem freqüentando a escola.

E lá em Mococa debatemos, por três horas, toda a origem, a formulação, a prática de projetos de renda mínima e eis que o juiz, três dias depois, falando no telefone, disse-me que levou os doze detentos de volta para suas celas e, no caminho, eles comentaram: "Puxa vida, se tivesse existindo este projeto de renda mínima, provavelmente oito de nós doze não teríamos sido levados a cometer o crime que nos levou à condenação, porque foram assaltos que acabaram sendo realizados muito em função de, hoje, os presos estarem sem o direito à sobrevivência e acabarem no rumo da marginalização.

Cada vez que estudamos esse assunto, mais e mais, vamos descobrindo que se trata de uma idéia com enorme universalidade. É uma idéia que acompanha a História da Humanidade em si. Hoje, temos inúmeros representantes dos mais diversos partidos abraçando a proposição. E o Senador Humberto Lucena, era Líder do PMDB, quando a proposta foi aqui aprovada em 16 de dezembro de 1991. S. Ex^a mesmo teve a oportunidade de fazer referência à proposta positivamente, encaminhando o voto do PMDB favoravelmente. Lembro muito bem disso, porque está registrado.

O nobre Senador José Roberto Arruda tem abraçado a idéia. S. Ex^a formulou uma proposição que está tramitando na mesma direção, ou seja, limitando as cidades com até 50 mil habitantes.

Há duas semanas, deputados e senadores da Venezuela estiveram visitando o Senado Federal brasileiro. Informaram que, em 1989, a Venezuela instituiu a beca escuela, uma fórmula semelhante à existente em Brasília atualmente.

Neste final de semana, estive na Argentina.

A Argentina, bem como o Uruguai, desde os anos 40 e 50, tem ali asignación familiar. Ou seja, toda família cuja a renda não atinge um certo patamar, se tiver os seus filhos freqüentando a escola, tem direito a um complemento de renda.

Na Argentina, o Governo de Menen está pensando em diminuir esse custo, porque, no momento, pelo menos, lá, ele está relacionado à folha de pagamento. Então, são os 7,5% que incidem sobre a folha que, para quem está no mercado formal, tem esse direito. Estão preocupados com a diminuição do custo sobre a folha de pagamento. Mas eu queria registrar que, na Argentina, há algumas décadas, a proposição tem, de alguma forma, sido colocada em prática, mas com o tempo diminuiu-se muito o valor.

A asignación familiar na Argentina tem um valor relativamente baixo como o salário família que perdeu a importância monetária no Brasil.

Seria muito importante se pudéssemos ter a oportunidade de ouvir a síntese do Governador Cristóvam Buarque sobre as 15 mil famílias inscritas no programa. Como pôde S. Ex^a fazer isso? Praticamente, o Distrito Federal e a cidade de Campinas são as experiências que já têm um ano e meio. Como o Congresso Nacional está a examinar proposições que guardam relação com a experiência? A Câmara dos Deputados iria votar, nesta quarta-feira, na Comissão de Finanças e Tributação o parecer do Deputado Germano Rigotto, que é favorável ao Programa de Garantia de Renda Mínima, votado aqui no Senado.

Mas S. Ex^a está afastado por licença médica, por duas semanas. Portanto, a matéria ficou adiada por duas semanas. Daqui a quinze dias, o parecer que S. Ex^a encaminhará será examinado.

Apreciaria muito se o Governador Cristóvam Buarque pudesse apenas sintetizar a avaliação presente do resultado desta experiência que tenho procurado acompanhar de perto.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Acho que esse tema é muito importante. Um dos primeiros a falar sobre a renda mínima, trazendo-a para nós, foi o Senador Eduardo Suplicy.

Há um projeto do Senador José Roberto Arruda a respeito. Na Câmara, há alguns também.

Esse tema é tão importante que eu gostaria de sugerir que fizéssemos, aqui, um debate em que trouxéssemos uma pessoa de cada uma dessas cidades. O próprio senador já o fez. Certa vez, fiz, aqui, um debate.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Foi na Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Na Comissão de Finanças e Tributação, mas naquela época só participaram a cidade de Campinas e o Distrito Federal.

Gostaria que nós fizéssemos um debate aqui trazendo todos os prefeitos. Isso está dentro daquela linha transpartidária que eu disse, o bloco, com prioridades éticas.

Ontem, a Prefeita de Boa Vista, Tereza Jucá, ligou-me dizendo que, lá, ela sancionou uma lei neste sentido.

Então, vamos fazer um encontro de todos esses prefeitos para debater todas as formas de renda mínima que nós temos andando pelo Brasil afora.

Parece que o próprio Governo Federal começa a se interessar.

Quero dizer que o primeiro trabalho que fiz sobre isso chamava-se: "Renda mínima escolar."

O Governo do Distrito Federal tem todo o interesse nesse debate bem como em ser um dos copatrocinadores, se o Senado quiser participar.

Respondendo à pergunta do Senador Eduardo Suplicy, eu diria que nós escolhemos uma estratégia: implantar cidade por cidade. Gosto de dizer que o meu primeiro gesto como Governador, às 8 horas da manhã, do dia 03 de janeiro - no dia 1º não se governa ainda e no dia 2 estávamos dando posse às pessoas - foi implantar esse programa no Paranoá, com 1 mil e 700 famílias.

Aos poucos estamos crescendo; estamos, hoje, com 14 mil e 700 famílias, que são quase 30 mil crianças. Todas elas recebendo R\$100 por mês. Escolhemos simplificar, em relação a outras cidades, no que se refere à maneira de repassar.

As famílias são escolhidas, desde que morem aqui há 5 anos, desde que a renda familiar seja, no máximo, a soma de meio salário-mínimo por pessoa, desde que todos os adultos estejam inscritos no Sine- agência de emprego. Tentamos arranjar-lhes empregos para podermos tirá-los da bolsa/escola.

Decidimos simplificar isso, radicalizando na cobrança da escola. Todos os meses, cortamos as famílias, daquele mês, se não tiver frequência de, no mínimo, 90% das aulas. Esse é o ponto que dá seriedade.

Esse programa, a meu ver, tem dois riscos: o primeiro é que alguém entre sem merecer economicamente e o segundo risco é o de que alguém fique nele sem merecer, do ponto de vista educacional.

No programa que a Rede Globo colocou, depois de uma longa entrevista, pinçaram uma frase curta em que eu dizia que não é um programa de renda mínima, e sim de educação máxima.

Na verdade, isso é fruto de uma análise muito mais complicada, que era a renda mínima escolar, cujo objetivo central é manter a criança na escola e não dar uma renda à família.

A renda é o meio para levar a criança para a escola. É o conceito de renda mínima, sem dúvida; caso contrário, essas crianças não iriam para a escola, iriam para a rua.

O resultado, no primeiro ano, foi extremamente positivo no que se refere à criança, evasão e aproveitamento.

Estamos concluindo, agora, talvez, o Senador Eduardo Suplicy não saiba, a avaliação do programa todo. Está no próprio decreto que o criou; depois de doze meses faríamos uma avaliação para ver quem continua e quem não continua. Nós queremos ver quais as famílias que melhoraram de vida e que não precisam mais. Quais as famílias que se inseriram de fato no programa, e a mãe optou em ficar em casa cuidando da família.

Estamos terminando a avaliação do programa.

Agora, a avaliação das crianças, que é mais simples, foi imediata e positiva.

Quero dizer que esta semana, estamos prontos para fazer o primeiro depósito da chamada poupança-escola. É um programa menos conhecido, mas que, a meu ver, é, inclusive, mais interessante, talvez a longo prazo, no que se refere à **sponsor**, é o depósito de R\$100,00 por criança que obtenha aprovação na escola. Cada uma das crianças dessas famílias que têm a renda mínima escolar, se passar de ano, recebe R\$100,00 em depósito, mas não pode retirá-los.

Veja como é basicamente escolar e menos ainda de renda mínima, porque não damos renda, damos o depósito.

Se ela terminar a quarta série, permitimos que retire o dinheiro, mas somente a metade; se continuar estudando, continuamos depositando. Se terminar a oitava série, permitimos que retire, mas só a metade do valor. Continua-se depositando até o fim do segundo grau, quando poderá levar tudo. Vamos fazer o primeiro depósito agora.

Este programa é interessante, porque custa menos do que a repetência do ano escolar de uma criança. No Distrito Federal, cada criança que repete o ano custa R\$1 mil; estamos depositando R\$100,00. É claro que nem todas que vão receber o benefício repetiriam o ano.

Depositaremos agora R\$975 mil no total; R\$910 mil, se não me engano, depositados, e o restante, R\$65 mil, serão dados às crianças que terminaram a quarta e a oitava série, R\$50,00 para cada uma. Metade do dinheiro é dado e metade depositado.

Está tudo pronto. Demorou, pois fizemos um programa de reaproveitamento dos alunos reprovados. Vamos depositar o dinheiro dos que passaram nesse programa.

Era isso o que tinha a dizer. Quero deixar clara a minha proposta de o GDF e o Senado fazerem juntos um grande debate sobre todas as formas de

renda mínima em andamento, na prática, no Brasil, e sobre as propostas que estão no Senado e na Câmara.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Prezado Governador, quero fazer um convite a sua reflexão. Há uma foto, hoje, nos jornais de cerca de 4 mil africanos da Libéria colocados num navio, expulsos de sua própria terra natal. Veio-me de pronto essa lembrança a partir das suas palavras. Mesmo em se tratando de uma questão fora do Brasil, as pessoas que estão naquele navio, por terem nascido, por serem habitantes da África, por nenhum outro mérito que não o de serem seres humanos vivendo na Terra, deveriam ter o direito de existir e o direito a, minimamente, usufruir da riqueza de sua nação.

Continuaremos este debate. Queria dizer que é muito importante que os pais tenham renda suficiente para que suas crianças frequentem a escola. Porém, no nosso diálogo, tenho o propósito de fazê-lo compreender que todas as pessoas, por existirem, devem ter o direito - e aí está o mérito - de usufruir minimamente da riqueza da Terra, onde vivemos.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – Estou de acordo.

EDUARDO SUPPLY – Observe um pouco a foto dos 4 mil africanos, de repente, expulsos de sua terra para sobreviverem. Faz-nos lembrar os navios negreiros.

O SR. CRISTÓVAM BUARQUE – É pior.

O SR. EDUARDO SUPPLY – É pior; estamos no final do século XX.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Enquanto o Presidente da Comissão conclui seu telefonema, gostaria de registrar, nesse assunto da bolsa-escola, que o projeto que apresentei aqui, para o qual, inclusive, contribuíram o Senador Eduardo Supply e o Governador Cristóvam Buarque - fiz questão de ouvi-lo -, baseia-se explicitamente nas experiências bem-sucedidas de Brasília e de Campinas, com duas alterações, apenas.

A primeira delas limita a concessão de bolsa-escola às cidades que tenham população inferior a

50 mil habitantes, exatamente para tentar conter a miséria, a evasão escolar e a repetência - estas, conseqüências da miséria - em sua origem, evitando, obviamente, as correntes migratórias.

A segunda modificação, que inclusive partiu de uma sugestão que o próprio Presidente Fernando Henrique deu ao Governador Cristóvam Buarque e que me foi transmitida, é que o custo da bolsa-escola seja dividido: metade para o Governo Federal e metade para as prefeituras, para gerar uma corresponsabilidade na distribuição dessas bolsas.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Agradeço os Srs. Senadores e as pessoas que nos prestigiaram com a sua presença nesta reunião. Particularmente, gostaria de agradecer à aceitação do convite por parte do Governador Cristóvam Buarque, que nos deu uma valiosíssima contribuição ao trazer subsídios importantíssimos que serão levados em consideração por esse órgão, para a reforma política partidária.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h30min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 717, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, resolve exonerar JOSÉ GERALDO DE FARIAS do cargo de Analista Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade de Contabilidade, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para o qual foi nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 222, de 1996, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para entrar em exercício, de acordo com o disposto no art. 15, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 3 de junho de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral do Senado Federal.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
PMDB		
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
PFL		
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
PSDB		
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
PPB (ex-PPR + ex-PP)		
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
PTB		
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
PT		
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
PDT		
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
PFL			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PMDB**

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	------------	--------------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
----------------------	------------	------------------	------------

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57		

*1 - O Senador encontra-se licenciado

*2 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-CARLOS PATROCÍNIO *1	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

*1 - o Senador encontra-se licenciado.

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
 Eduardo Suplicy
 Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ³ ⁴		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1. Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS